

REVISTA

TJPE

REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - ANO V - Nº 7 - FEV/2014



O Judiciário e a dependência química

O pioneirismo do Centro de Justiça Terapêutica do TJPE e decisões que ajudaram a mudar a vida de pessoas que faziam uso de drogas

EXPEDIENTE

PRODUÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

| Assessoria de
Comunicação
Social do TJPE

CHEFE DA ASCOM TJPE

| Zenaide Barbosa

EDIÇÃO GERAL

| Ivone Veloso

EDIÇÃO DE TEXTOS

| Ivone Veloso
Micarla Xavier
Zenaide Barbosa

REPÓRTERES

| Bruno Brito
Camila Barros
Dyanne Melo
Eduardo Gomes
Ivone Veloso
Micarla Xavier
Rebeka Maciel
Ruan Samarone
Thiago Moreira
Vanessa Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

| Aline Moraes

NÚCLEO DE IMAGEM

| Aline Moraes
Fernando Gonçalves
Felipe Ribeiro
Luciana Bacelar
Luciano Costa

FOTOGRAFIA

| Leandro Lima

Ascom

| Assis Lima

Agência Rodrigo Moreira

| Anderson Freitas
Bruno Prado
Jair Alves
Rafael Bento
Rodrigo Moreira

FOTO DA CAPA

| Assis Lima





Foto: Anderson Freitas

Editorial

Judiciário maior e mais forte

Este último número da nossa Revista, na gestão do desembargador Jovaldo Nunes, traz verdadeiro balanço da situação em que a mesa diretora deixa o Tribunal de Justiça de Pernambuco, com melhorias que saltam aos olhos e atestam uma nova e mais moderna máquina administrativa e judiciária. Tudo para que se chegue cada vez mais perto do ideal do Poder Judiciário estadual, que é a prestação jurisdicional mais rápida e eficaz.

Nesse plano, destacam-se a criação de 1.019 cargos, a inauguração de dezenas de Varas e Juizados, a instalação ou reforma de fóruns e o aumento do número de desembargadores que possibilitou criação de duas novas Câmaras.

A Revista trata, ainda, de vários assuntos importantes e atuais que foram alvo de determinações do Judiciário pernambucano, alguns ganhando repercussão nacional. Sem esquecer os assuntos locais de grande interesse, como adoção, reabilitação de drogados, Justiça Terapêutica e programas sociais.

Neste número, a emocionante história de uma mãe que, além de descobrir que o seu filho é autista, ainda teve o dissabor de ver negado o tratamento da criança por parte do seu plano de saúde, o que a obrigou a recorrer à Justiça, onde o direito do seu filho foi plenamente reconhecido.

Zenaide Barbosa

Jornalista e assessora de Comunicação Social do TJPE

Índice



6 GESTÃO

| *Começa nova gestão do TJPE*



12 ENTREVISTA

| *Jovaldo Nunes faz balanço da sua gestão*



14 AÇÕES

| *Biênio 2012/2013: um balanço das unidades judiciárias e fóruns inaugurados*

| *Criação de 1.019 novos cargos de servidores traz benefícios à prestação jurisdicional*



20 EFICÁCIA

| *Pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor bateu novo recorde e somam R\$ 94 milhões*



22 PRODUTIVIDADE

| *Ouvidoria encerra gestão com expressiva produtividade*

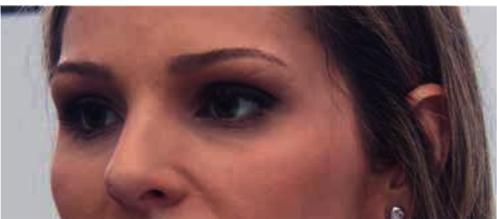


24 CAPA

| *Modelo de Justiça Terapêutica do TJPE tem projeção crescente no cenário nacional*

| *Ex-usuário encontra esperança no tratamento contra as drogas*

| *1ª Vara da Família do Recife determina internação compulsória de dependente químico*

**38**

DECISÕES

| *Mulher é pisoteada no metrô do Recife e ganha na Justiça o direito de ser indenizada por danos morais e materiais*

| *Justiça assegura tratamento médico à criança autista*

**44**

INFÂNCIA E JUVENTUDE

| *Adoção: compromisso do Tribunal de Justiça de Pernambuco*

| *Programas sociais mudam a vida de jovens em Petrolina*

**57**

META 18

| *Pernambuco engajado no combate à corrupção*

**61**

JÚRIS

| *TJPE intensifica a realização de júris*

**62**

INFORMÁTICA

| *Banco Nacional de Mandados passa a ser alimentado automaticamente pelo 2º Grau em Pernambuco*

**64**

PERFIL

| *Superação e humor como identidade*

**68**

ARTIGO

| *No cinema humanista dos irmãos Paolo e Vittorio Taviani, toda a majestade do romance "Ressurreição", editado em 1899: a obra-prima esquecida de Leon Tolstói*



Foto: Assis Lima

Começa nova gestão do TJPE

por Ivone VELOSO e Bruno BRITO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está sob a gestão de uma nova mesa diretora, eleita para o biênio 2014/2015, a partir do dia 6 de fevereiro deste ano. A escolha dos novos gestores do Judiciário estadual aconteceu no dia 11 de novembro do ano passado, durante sessão do Pleno. Foram eleitos, por unanimidade, o desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves para a Presidência, os desembargadores Leopoldo de Arruda Raposo e Fernando Eduardo de Miranda Ferreira para a 1ª Vice-Presidência e a 2ª Vice-Presidência, respectivamente, e o desembargador Eduardo Augusto Paurá Peres para a Corregedoria Geral da Justiça. Conheça os novos gestores do Tribunal, que falam das expectativas para o novo biênio, e relembre um pouco da trajetória do presidente do TJPE no biênio 2012/2013, desembargador Jovaldo Nunes, que concedeu uma entrevista à Revista TJPE, revelando as principais conquistas e os obstáculos que enfrentou na Presidência do Judiciário estadual.



Presidente

desembargador Frederico Neves

Eleito presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para o biênio 2014/2015, o desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves atuou como corregedor geral da Justiça no biênio 2012/2013. Nasceu no Recife no dia 30 de agosto de 1954. Graduou-se bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica de Pernambuco em 1980. Em seguida, trabalhou como advogado e assessor da Presidência do Consórcio dos Trens Metropolitanos do Recife (Metrorec – CBTU).

O ingresso na magistratura estadual aconteceu em junho de 1985, quando assumiu o cargo de juiz substituto da Comarca de Santa Maria da Boa Vista. No ano seguinte, foi removido para a Comarca de Lagoa dos Gatos, localizada no Agreste do Estado.

Em 1988, foi promovido para o cargo de juiz substituto de Segunda Entrância, tendo atuado nas comarcas de Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista e Olinda. Em 1990, foi promovido, pelo critério de merecimento, para a Comarca do Recife, onde atuou como auxiliar na 3ª Vara Cível, e como titular da 16ª Vara Cível. Em maio de 2002, foi promovido, por merecimento, para o cargo de desembargador do TJPE.

Ocupou os cargos de diretor do Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco em duas gestões e de diretor-presidente da Escola Judicial do TJPE no biênio 2008/2009. Presidiu a Comissão da

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), constituída para colaborar na elaboração do anteprojeto do Novo Código de Processo Civil.

O magistrado é um dos responsáveis pela Regência Teórica da disciplina de Direito Processual Civil do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Pernambuco, onde leciona desde 1988. Realizou o curso de especialização em Ciências Jurídicas na Universidade Clássica de Lisboa/Portugal (1997/1998) e o curso de Mestrado em Ciências Jurídicas na Universidade Clássica de Lisboa/Portugal, tendo se submetido a provas públicas, com êxito, em 2001.

Paralelo ao trabalho na magistratura, profere palestras no Brasil e em Portugal e publica artigos, periodicamente, em revistas especializadas. É autor dos livros: “Breves Comentários sobre a Ação Monitória”; “Agravo – Nova Sistemática”; e “Alteração das Circunstâncias – Efeitos Gerais – Algumas Questões Processuais”.

No biênio 2010/2011, foi o ouvidor do TJPE. Em 9 de fevereiro de 2012, foi empossado corregedor geral da Justiça do Tribunal para o biênio 2012/2013, tendo sido eleito por seus pares, por unanimidade, no mês de dezembro de 2011. Também por unanimidade foi eleito presidente do TJPE no dia 11 de novembro de 2013. O desembargador compõe a 1ª Câmara Cível, o 1º Grupo de Câmaras Cíveis, a Corte Especial e o Tribunal Pleno.

GESTÃO

Na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), o desembargador Frederico Neves destacou uma série de iniciativas que considerou essenciais para o êxito da sua gestão no biênio passado. Assim que assumiu a Corregedoria no dia 10 de fevereiro de 2012, uma das primeiras ações do magistrado foi a criação do Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ/CGJPE) e do Centro de Orientação Forense (COF/CGJPE). Ainda em 2012, desenvolveu também o Programa Oficial de Mentoria Organizacional para os juízes vitaliciandos, com o objetivo de apoiá-los durante o período de adaptação ao cargo.

Ao final do primeiro ano da sua gestão, implantou o Processo Judicial Eletrônico (PJe), por meio do Provimento CGJPE 13/2012, para a efetiva tramitação, totalmente eletrônica, dos procedimentos administrativos disciplinares prévios dos juízes.

No entanto, foi na implementação de ações diretamente relacionadas à prestação jurisdicional no 1º Grau, que a Corregedoria centralizou o maior número de ações. Dentro desse contexto, promoveu a instalação e o acompanhamento dos regimes especiais nas duas Varas do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, na Comarca de São José do Egito, na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Petrolina e nas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital; definiu parâmetros para a Meta 3 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), instituindo uma força-tarefa para fins de agilização dos processos de competência do Tribunal do Júri; e implantou o Programa Corregedoria em Ação – Somando Esforços para Atualizar o Acervo do TJPE, que lançou o sistema de contagem eletrônica de processos e promoveu o 1º Mutirão de Contagem Eletrônica em todas as varas do Estado.

Ainda com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional na 1ª Instância, a Corregedoria criou a Comissão Estratégica de Eficiência Judicial para a realização de estudos e a proposição de medidas concretas. “A partir desse trabalho foi possível identificar a taxa de congestionamento real do Judiciário em todo o Estado”, afirma o magistrado. Nesse campo, a última inovação adotada pelo desembargador foi a implantação da ferramenta Business Intelligence (BI), que permite o rápido acesso às informações processuais relevantes para a tomada de decisões.

Segundo o desembargador, as atividades de fiscalização do órgão também foram intensificadas. Das 439 unidades judiciárias existentes em Pernambuco, 181 foram inspecionadas no ano de 2012, e 135 foram correicionadas no ano passado. Na sua gestão, ficou programada a correição de mais dez unidades judiciárias para 2014.

O magistrado também enumera como principais ações da CGJ: a implantação do sistema de penhora on-line de imóveis, visando à modernização do serviço; a promoção da campanha de reconhecimento espontâneo de paternidade “Seja o Herói do seu Filho”, durante a qual foram obtidos 1.255 reconhecimentos e indicações de paternidade; a capacitação de professores e gestores da Secretaria de Educação do Estado, no âmbito do Projeto Adoção na Escola, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja); a elaboração do manual “Candidatos à Adoção e Pais Adotivos Perguntam, Especialistas Respondem” e a cartilha “Quando a Justiça Mandar me Chamar”, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE; e a implantação, em parceria com a Presidência do Tribunal, do Programa de Combate à Corrupção, que percorreu todo o Estado.

A parceria estabelecida com o desembargador Jovaldo Nunes, no biênio 2012/2013, para a realização de uma gestão marcada pela produtividade e pelo comprometimento com o jurisdicionado é ressaltada por Frederico Neves. O magistrado destaca como principal característica da última gestão a virtude da simplicidade e o compromisso ético com a instituição. Para Frederico, foi uma grande honra poder chegar à mesa diretora sob a Presidência do desembargador Jovaldo Nunes. “Ele priorizou a melhoria estrutural e a evolução do atendimento do cidadão que recorre à Justiça. Investiu na contratação de mais servidores e juízes, construiu e reformou fóruns, criou e instalou novas varas e juizados, visando ao aprimoramento do Judiciário pernambucano, além de conquistar outros grandes avanços para a instituição”, salienta.

Para a sua gestão à frente da Presidência do TJPE, Frederico Neves destaca como prioridade a valorização dos servidores e juízes. “O coração de qualquer instituição é o ser humano. Todo o meu mandato será pautado pelo comprometimento com todos aqueles que compõem o Tribunal de Justiça de Pernambuco”, enfatiza.

Entre as principais dificuldades apontadas pelo novo presidente, está a existência de cargos vagos de juízes no Estado e a taxa de congestionamento do Judiciário em Pernambuco. “Continuarei a proclamar, assim como a Presidência da gestão passada, a necessidade de se mudar esse estado pelo qual passa o Poder Judiciário pernambucano”, afirma. O atual presidente também disse que manterá diálogo constante e transparente com os outros Poderes para a solução dos problemas do Judiciário e, assim, melhorar os serviços prestados à sociedade. ■



Foto: Leandro Lima

1º vice-presidente

desembargador Leopoldo Raposo

Atuando como coordenador geral das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem do TJPE desde 2008, o desembargador Leopoldo Raposo foi eleito 1º vice-presidente para o biênio 2014/2015. Nasceu no Recife, em 1948. Formou-se pela Universidade Católica de Pernambuco em 1973, fazendo posteriormente pós-graduação em Administração Pública pela Escola de Serviços Urbanos, vinculada à Presidência da República.

Iniciou a carreira de magistrado em 1981 nas comarcas de Poção e Pesqueira. No ano seguinte, foi o primeiro magistrado a ser promovido para a 2ª Entrância na Comarca de Ouricuri. Em 1985, ele chegou ao Recife, onde exerceu o cargo de juiz titular da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos. No dia 17 de março de 2003, foi promovido ao cargo de desembargador pelo critério de antiguidade para preencher a vaga deixada pelo desembargador Mário Alves de Souza Melo. Nessa época, Leopoldo Raposo vinha ocupando o cargo de desembargador no Tribunal Regional Eleitoral.

O magistrado atua também como professor em Direito de Sucessões na Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, da qual foi diretor no período de fevereiro de 2010 a agosto de 2012. Como dirigente da instituição de ensino foi responsável pela implantação de um parque gráfico próprio da Escola para a impressão de produções acadêmicas.

Leopoldo Raposo também foi o responsável pela implantação do Núcleo de Proenvidados do TJPE, em 2011. O Núcleo – o terceiro a ser implantado no País – executa e desenvolve ações que promovem o tratamento, acompanhamento e resolução amigável de conflitos entre devedores e credores, investindo em palestras com foco no aconselhamento e orientações aos credores.

Em maio de 2012, o desembargador foi eleito presidente da 1ª Câmara Criminal do TJPE, cargo que exerce até hoje. No dia 11 de novembro de 2013, foi eleito por unanimidade para assumir a 1ª Vice-Presidência do TJPE.

GESTÃO

Como coordenador geral das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem do TJPE, Leopoldo Raposo destacou o investimento do Tribunal pernambucano na gestão do desembargador Jovaldo Nunes na prática da mediação. Para ele, a mediação é uma das ferramentas capazes de resgatar a imagem do Judiciário por ser um instrumento de pacificação social que evita que novos desentendimentos entre as partes deságüem ou se transformem em mais ações judiciais a serem somadas ao grande acervo processual já existente no Judiciário brasileiro. “A prática da mediação e conciliação aproxima o Judiciário do cidadão”, afirma.

Para o biênio 2014/2015, o desembargador destaca a importância da atuação de uma segunda Vice-Presidência. “O grande volume de recursos especiais e extraordinários na Vice-Presidência submetidos à análise de admissibilidade na instância especial (o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal) exigia a instalação de mais uma estrutura responsável por esse trabalho”, afirma. A 2ª Vice-Presidência foi criada mediante à previsão constante do § 1º do art. 103 da LOMAN e por delegação presidencial em 2013.

A expectativa do desembargador à frente da 1ª Vice-Presidência para a nova gestão é a melhor possível. “Tenho confiança de que a gestão do desembargador Frederico Neves continuará a investir na melhoria da funcionalidade das unidades judiciárias e na busca por uma maior celeridade processual. Estarei à disposição para auxiliar da melhor forma possível nesse processo”, ressalta. ■

2º vice-presidente desembargador *Fernando Ferreira*

Vice-presidente do TJPE no biênio 2012/2013, o desembargador Fernando Eduardo Ferreira foi eleito 2º vice-presidente para o biênio 2014/2015. O magistrado formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco em 1971. Natural do Recife, nasceu em 14 de setembro de 1947. Atuou como advogado durante mais de 30 anos, priorizando à advocacia forense e consultiva, com o trabalho mais voltado para a área empresarial.

Entre 1990 e março de 2002, foi responsável pela coordenação jurídica dos processos judiciais e administrativos do Grupo Votorantim na Região Norte/Nordeste.

Fernando Ferreira foi o advogado mais votado na eleição da OAB-PE feita em 5 de março de 2002 (a primeira realizada através do sistema de consulta direta aos advogados pernambucanos), para escolha da lista sêxtupla com os nomes dos candidatos à vaga de desembargador decorrente da aposentadoria do desembargador Pio dos Santos.

No Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 22 daquele mês, ele também foi o mais votado entre os seis concorrentes, obtendo 25 dos 26 votos dos desembargadores



Foto: Assis Lima

presentes. Em seguida, foi nomeado pelo então governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, para integrar o Pleno do Tribunal, sendo empossado no dia 1 de abril. Em 9 de fevereiro de 2012, foi empossado vice-presidente do Tribunal, tendo sido eleito por seus pares, por unanimidade, no mês de dezembro de 2011. Também por unanimidade, foi eleito para a 2ª Vice-Presidência do TJPE no dia 11 de novembro de 2013. Antes de integrar a mesa diretora, presidia o 1º Grupo de Câmaras Cíveis e a 1ª Câmara Cível.

GESTÃO

O desembargador Fernando Ferreira destaca como uma das principais ações desenvolvidas pela Vice-Presidência, no biênio 2012/2013, a estruturação legal e operacional das duas futuras Vice-Presidências, que terão atuações independentes e harmônicas já a partir do início do biênio 2014/2015. “A atuação mais marcante da equipe da Vice-Presidência foi ter logrado transportar para a realidade da prestação jurisdicional local, em autêntico processo de “customização”, o essencial de bem-sucedidas implantações de mais de uma Vice-Presidência em Tribunais de Justiça de ponta, a exemplo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”, afirma.

Sobre a gestão do desembargador Jovaldo Nunes, Fernando Ferreira ressalta o empenho na estruturação nos planos funcional e material das unidades judiciárias do Estado. Para o magistrado, o êxito da atuação foi

comprovado na medida em que houve a repercussão desse empenho nos indicadores de produtividade dessas unidades. “Creio que merece ser destacado o fato de que todas as unidades judiciárias, sem exceção, foram contempladas com a lotação de servidores do quadro próprio, prevista em arquitetura organizacional, projetada para proporcionar a cada uma delas a possibilidade do atendimento desejável na prestação de serviços ao jurisdicionado”, diz.

Quanto à expectativa para a atuação na 2ª Vice-Presidência no biênio 2014/2015, o magistrado revela entusiasmo baseado no apoio demonstrado pelos demais membros da mesa diretora para o bom desempenho do TJPE. “Teremos grandes desafios, mas buscarei contribuir de forma efetiva para que a Presidência de Frederico Neves seja de grande êxito”, observa. ■



Corregedor desembargador *Eduardo Augusto Paurá*

Com 31 anos de carreira na magistratura estadual, o desembargador Eduardo Augusto Paurá Peres, atual presidente da 6ª Câmara Cível, foi eleito, por unanimidade de votos, para ser o corregedor geral da Justiça no biênio 2014/2015. Natural do município de Gravatá, o desembargador Eduardo Augusto Paurá Peres, 67 anos, iniciou sua trajetória de magistrado em 1982, como juiz de direito na Comarca de Parnamirim, tendo sido, vinte anos depois, em maio de 2002, pelo critério de merecimento, promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Será a primeira vez que ocupará um cargo na mesa diretora do Tribunal. Em sua estreia, o desembargador espera realizar um mandato pautado pelo diálogo constante com a sociedade, juízes e servidores do Tribunal e também com operadores do Direito em geral, como advogados, promotores, procuradores municipais e estaduais e defensores públicos: “A prestação da Justiça para a sociedade é o objetivo principal do TJPE. Como um dos Poderes do Estado, devemos atuar com harmonia e eficiência, garantindo celeridade e segurança a todos os que precisem do Judiciário para ter seus direitos assegurados”, afirma.

O desembargador Eduardo Paurá também elogiou o trabalho desenvolvido pelos corregedores anteriores e garantiu que serão mantidos os bons projetos, alguns de alcance social direto. Viagens às diferentes comarcas do Estado também estão nos planos do novo corregedor. “A orientação aos magistrados e servidores é uma ação muito importante. Vamos planejar visitas às comarcas do Estado para nos aproximarmos mais dos magistrados e dos serventuários”, adianta.

CARREIRA

Tornou-se bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco no ano de 1969. Depois de julgar seus primeiros casos, na cidade de Parnamirim, em 1982, Eduardo Paurá viria a atuar como juiz nas cidades de Terra Nova, Macaparana, São Vicente Férrer, Timbaúba, Vicência, Itambé, Ferreiros e Camutanga. Em 1989, foi promovido para a Capital, onde se tornou, três anos depois, juiz titular da 15ª Vara Cível.

Como magistrado de 1º Grau, ocupou os cargos de diretor do Foro do Recife, de juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral (de 1995 a 1997) e de coordenador de propaganda eleitoral nos pleitos de 1992 e de 1998. Também trabalhou como assessor especial da Presidência na gestão do desembargador Luiz Belém de Alencar, tendo, ademais, integrado o Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis no biênio de 1994 e 1995, bem como, por diversas vezes, substituído desembargadores no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ainda na década de 1990, foi vice-presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco (em duas gestões) e diretor de Finanças e Patrimônio da referida associação. Em 2002, Eduardo Paurá foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador. Em seguida, atuou como membro efetivo do Conselho da Magistratura, tendo, além disso, sido o ouvidor geral do TJPE no biênio 2004/2005. Ainda ocupou o cargo de vice-diretor da Escola Judicial do TJPE entre 2006 e 2007.

Atualmente, é presidente da 6ª Câmara Cível do Poder Judiciário Estadual, membro nato da Corte Especial do TJPE desde o dia 11 de junho de 2010, além de diretor-secretário da Associação Nacional dos Desembargadores (ANDES). Nas comarcas pelas quais passou ao longo da carreira, o magistrado foi homenageado com condecorações de diversas instituições e títulos de cidadão de Macaparana, Timbaúba, Sirinhaém e Recife.

O desembargador também já participou de cursos em outros países. Em novembro de 2011, tomou parte na 5ª Conferência da Organização Internacional de Treinamento Judiciário, realizada em Bordeaux, na França, tendo, ainda, feito, em fevereiro de 2013, o curso “Responsabilidade Civil - Uma perspectiva luso-brasileira”, na Faculdade de Direito de Lisboa, bem como, em julho de 2012, participado de intercâmbio de atualização em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque (Fordham Law School). ■

Jovaldo Nunes

faz balanço de sua gestão

Entrevista

por Rebeka MACIEL

Em fevereiro, o desembargador Jovaldo Nunes chegou ao fim de sua gestão à frente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Passados dois anos na Presidência da Casa, faz uma avaliação positiva do período. Entre os principais feitos, destaca a dotação das unidades judiciárias do Estado com um quantitativo suficiente de servidores para o trabalho fluir, explicando que foi um sonho realizado. Com relação à estrutura física, observa avanços, com a construção e a reforma de fóruns em todo o Estado. O Processo Judicial Eletrônico (PJe) também foi um projeto que recebeu investimentos durante sua gestão. Implantado nos Juizados Especiais e nas Varas de Execuções Fiscais do Recife, onde tramitam cerca de metade de todo o acervo do Judiciário pernambucano, deve diminuir as burocracias no andamento das ações. Sobre o principal desafio da Justiça para os próximos anos, o magistrado é enfático: “Reduzir o tempo de tramitação do processo”. Mas acredita que Pernambuco já está no caminho certo.

Desembargador, sua gestão chegou ao fim e gostaríamos de saber como o senhor imaginava que seria ocupar o cargo de presidente e o que achou da tarefa.

Eu imaginava que seria fácil e na verdade não é. É lisonjeador e eu não me arrependo de forma alguma. Faria a mesma coisa, mas é trabalhoso. Para quem tem obrigação e zelo com a coisa pública, essa cadeira é realmente uma cadeira trabalhosa. A gestão pública é muito difícil. Mas foi uma experiência gratificante.

E qual o balanço que o senhor faz da sua gestão?

Acredito que consegui fazer o que planejei para a minha gestão. Sonhei que dotaria todas as unidades judiciárias com um número de servidores suficiente para que a máquina fluísse com mais celeridade. Nesse item, acho que nós avançamos com a criação de 1.019 cargos de servidores, os quais foram todos nomeados mediante concurso. Então, esse sonho foi realizado. No tocante a juiz, os concursos são difíceis e demorados e o número



Foto: Assis Lima

“O grande desafio da Justiça para os próximos anos é diminuir o tempo do processo”

de aprovados é pequeno, então nesse aspecto não pude atender da forma como gostaria e estamos com deficiência em todo o Estado. Apesar disso, 34 novos juízes do concurso foram nomeados e entraram em exercício nessa gestão e temos um concurso terminando e logo em seguida será feito um novo edital e faremos um novo certame e acho que assim a carência diminui. Não resolve, mas reduziremos essa carência. Também acredito que essa Casa foi administrada nesses dois anos com muita paz. Houve um entendimento muito forte entre magistrados e servidores. Foram criados sete novos cargos de desembargadores, todos já foram preenchidos. Não houve greve e nem grandes problemas. Em 2013, foram realizados mais de 3 mil júris no Estado. Atacamos firmemente os processos da Meta 18, referentes à improbidade administrativa e crimes contra a administração pública. Faço um balanço positivo na medida em que houve uma comunhão de interesses em benefício de uma prestação jurisdicional mais célere, e é isso o que o povo quer.

Em relação à estrutura física do Judiciário houve algum avanço?

Inauguramos quatro fóruns: Afogados da Ingazeira, Santa Cruz do Capibaribe, Palmares e Jaboatão dos Guararapes, além de reformar outros. Um trabalho que começou a ser desenvolvido na gestão dos desembargadores Jones Figueirêdo e José Fernandes de Lemos. Temos ainda outros sete fóruns cujos processos de construção estão em andamento, entre eles, Serra Talhada, Arcoverde, Limoeiro, Cabo de Santo Agostinho, Abreu e Lima e Goiana. Também instalamos cerca de 50 unidades judiciárias. Acredito que a boa prestação jurisdicional passa, necessariamente, pela ampliação do acesso à Justiça, através de novas varas e juizados, e pela estrutura física de qualidade para melhorar as condições de trabalho de juizes e servidores e, principalmente para oferecer um local digno para o atendimento da população.

Com relação à nomeação de servidores, o senhor acredita que ajudou a melhorar o trabalho nas unidades jurisdicionais?

Quando assumimos, observamos que tínhamos um quadro de servidores totalmente defasado. Então, fizemos um levantamento e chegamos à conclusão de que havia a necessidade de dotar cada unidade judiciária com um mínimo de servidores. E, então, fizemos um projeto de Lei, que foi aprovado pela Casa, pela Assembleia e foi bem recebido pelo governador. E assim criamos 1.019 cargos. Todos eles foram preenchidos, de forma que hoje temos esse quantitativo mínimo, que eu reporto muito importante para a prestação jurisdicional. É importante destacar que o projeto previa 564 cargos de analista judiciário, 387 cargos de técnico judiciário e 68 cargos de oficial de justiça. Isso representou um impacto financeiro de, aproximadamente, R\$ 67 milhões no decorrer dos anos de 2012 e 2013, correndo por conta de dotação orçamentária própria. Foi um grande investimento para o bom andamento do trabalho. Falta agora, fazer a mesma coisa com relação a juiz.

Como está a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Estado?

O Processo Judicial é uma realidade sem volta. É um projeto caro, mas compensador para eliminar o papel e reduzir processos e custos. Já instalamos nos Juizados Especiais. São mais de 30 unidades, no total, onde tramitam mais de 120 mil processos e acabamos de implantar nas Varas de Execuções Fiscais da Capital, nas quais tramita cerca de metade de todos os processos

que integram o acervo do Tribunal, o que contribui para reduzir a taxa de congestionamento no Judiciário de Pernambuco. É importante dizer que a utilização do PJe permite que todas as fases do processo sejam realizadas via internet, através do uso do certificado digital. Magistrados, advogados, defensores públicos e promotores podem acessar os autos de uma ação de qualquer lugar por meio da rede mundial de computadores e peticionar através dela. O mesmo serve para as partes, que podem consultar os processos através da internet sem precisar ir até a unidade judiciária. Isso reduz significativamente a burocracia no Judiciário e acelera o andamento das ações. Amplia o acesso à Justiça, uma vez que facilita o ingresso de ações no Judiciário. É seguro, por conta do uso do certificado digital, que é uma assinatura eletrônica, e traz outras garantias, como a de que o processo não sofrerá com a ação do tempo. O objetivo, agora, é estendermos isso a todas as unidades judiciárias do Estado. É bom para o Judiciário, para a sociedade e para a gestão da instituição. Um ganho de espaço e de tempo imensurável. Planejamos instalar o PJe nos Colégios Recursais dos Juizados Especiais, o que vai facilitar muito o trabalho.

Na sua opinião, qual será o grande desafio da Justiça para os próximos anos?

O grande desafio da Justiça para os próximos anos é diminuir o tempo de conclusão do processo. Todos trabalhamos pensando nele. Todos que trabalham com o Judiciário, magistrados, servidores, promotores, defensores e advogados, estão imbuídos desse objetivo, para diminuir esse prazo. Encurtar o tempo da prestação jurisdicional. Isso é o que o povo precisa. A morosidade no Judiciário é motivo de crítica da população.

E o senhor teria algum conselho a passar para a nova gestão?

A administração do Tribunal nesses dois anos foi uma administração compartilhada e o desembargador Frederico Neves, atual presidente deste Tribunal, participou ativamente dessa gestão. Então, eu não teria nenhum conselho para dar, porque ele sabe e sentiu as necessidades que tínhamos e temos ainda. Ele sabe o que eu faria se permanecesse e sabe que terá que atender às reivindicações da população, dos servidores e dos magistrados e de todos que, de forma direta ou indireta, participam do Judiciário. Desejo aos novos integrantes da mesa diretora que tenham o apoio e a paz de espírito que eu tive para administrar com tranquilidade a instituição. Tenho certeza que a Casa não lhes faltará. ■

Biênio 2012/2013:

um balanço das unidades judiciárias instaladas e fóruns inaugurados

Um breve registro sobre as melhorias e ampliações do Poder Judiciário pernambucano durante o biênio 2012/2013

por Micarla XAVIER

Melhorar e ampliar a prestação jurisdicional no Estado. Esta é a função maior do Poder Judiciário de Pernambuco, que, através de suas gestões administrativas, promove a cada biênio instalações de novas unidades judiciárias e inaugurações de fóruns nas comarcas. Para o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no biênio 2012/2013, desembargador Jovaldo Nunes, investir na construção de novas sedes e no aumento do número de unidades significou estruturar-se de forma segura, proporcionando não apenas melhores condições de trabalho para juízes, servidores e demais operadores do Direito, mas também trazendo benefícios para a população, verdadeira patrocinadora e destinatária da Justiça.

O biênio 2012/2013 se traduziu na readequação do Código de Organização Judiciária, aumentando o número de varas instaladas. A gestão instalou 48 unidades judiciárias, entre elas a 2ª Vara de Petrolândia, a 2ª Vara de Família de Petrolina, a 4ª Vara Regional de Execuções Penais, a Vara do Tribunal do Júri de Petrolina, a 6ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes, a 2ª Vara de Sertânia, a Vara Criminal de Moreno, a 2ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, a Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Igarassu, dentre outras unidades. Na relação apresentada pela Secretaria Judiciária (Seju) do

TJPE, também destaca-se a instalação de 19 Juizados Cíveis e das Relações de Consumo, um Juizado da Fazenda Pública, e cinco Juizados Criminais no Estado. (ver boxes com listagem das unidades)

De acordo com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal, quatro comarcas receberam novos fóruns neste biênio - Afogados da Ingazeira, Santa Cruz do Capibaribe, Palmares e Jaboatão dos Guarapes (os quadros 1, 2 e 3, contém mais informações dos fóruns). Todos os prédios construídos e reformados pelo TJPE levam em consideração os conceitos de economicidade e praticidade, e seguem as mais recentes regras de acessibilidade, com o intuito de facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais aos prédios da Justiça. Sete comarcas tiveram seus fóruns reformados durante o biênio 2012/2013: São Lourenço da Mata, Quipapá, Timbaúba, Maraiá, Tacaimbó, Garanhuns, e Goiana.

Também passaram por reformas as sedes do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), do Juizado Cível do Cabo de Santo Agostinho, da Vara da Infância de Petrolina, da Vara Criminal de Petrolina, e das Varas da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Camaragibe, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Igarassu.

OBRAS EM ANDAMENTO

Estão sendo construídos os novos fóruns de Quipapá e Panelas, bem como o anexo do Fórum de Pesqueira e a Escola Judiciária do TJPE (esta no terreno anexo ao Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra). Atualmente, passam por reformas o Fórum de Abreu e Lima e o Cica.

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE informa que as construções e reformas do Poder Judiciário pernambucano totalizam uma área construída de aproximadamente 70.000m², correspondente à soma de obras em fase de orçamento e em licitação, frutos da gestão do desembargador Jovaldo Nunes Gomes como presidente do Tribunal de Justiça. O TJPE, através da DEA, executou no último biênio 56 Laudos de Avaliação de Imóveis. Para atender à nova Lei de Contabilidade, e com o objetivo de ter conhecimento pleno do valor do patrimônio do Tribunal, foram também concluídos mais 11 novos pareceres de avaliação de imóveis pertencentes ao TJPE, localizados na Região Metropolitana do Recife.

NOVA ESTRUTURA

Solenidade de inauguração do Fórum de Santa Cruz do Capibaribe



Foto: Assis Lima

UNIDADES JUDICIÁRIAS INSTALADAS NO BIÊNIO 2012/2013

1ª ENTRÂNCIA

2ª Vara da Comarca de Petrolândia

2ª ENTRÂNCIA

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Ciências de Timbaúba

Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Petrolina

1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda

1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes

2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes

1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista

2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Caruaru

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Camaragibe

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Cabo de Santo Agostinho

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns

3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Vitória de Santo Antão

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Palmares

Juizado Especial Criminal de Garanhuns

Juizado Especial Criminal de Caruaru

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Limoeiro

Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Juizado Especial Criminal de Olinda

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Goiana

2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda

3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda

Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória da Comarca de Olinda

6ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

2ª Vara da Comarca de Sertânia

Vara Regional da Infância e da Juventude da 14ª Circunscrição Judiciária de Arcoverde

Vara Criminal da Comarca de Moreno

Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Olinda

2ª Vara da Comarca de São José do Egito

Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Camaragibe

Juizado Especial Criminal da Comarca de Petrolina

1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Petrolina

Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca do Cabo de Santo Agostinho

Vara Regional da Infância e Juventude com sede em Afogados da Ingazeira

Vara Criminal da Comarca de Goiana

Vara Criminal da Comarca de Carpina

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Gravatá

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Santa Cruz do Capibaribe

3ª Vara Cível da Comarca de Palmares

Vara Regional da Infância e Juventude da 6ª Circunscrição Judiciária de Palmares

2ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru

3ª ENTRÂNCIA

Fórum de Afogados da Ingazeira



Foto: Jair Alves

Área do Terreno: 4.157,94 m²

Área total de construção: 3.324,71 m²

Em funcionamento: duas Varas Cíveis, uma Vara Regional da Infância e Juventude e uma Vara Criminal

Fórum de Santa Cruz do Capibaribe



Foto: Assis Lima

Área do Terreno: 8.000,00m²

Área total de construção: 3.500,54m²

Em funcionamento: três Varas Cíveis, uma Vara Criminal e um Juizado Especial Cível

Fórum de Palmares

Foto: Anderson Freitas

Área total de construção: 2.646,39m²

Em funcionamento: três Varas Cíveis, uma Vara Regional da Infância e Juventude, uma Vara Criminal e um Juizado Especial Cível

Fórum de Jaboatão dos Guararapes

Foto: Rebeka Maciel

Área do Terreno: 40.050,00 m²

Área total de construção: 12.443,58 m²

Em funcionamento: seis Varas Cíveis, três Varas da Fazenda Pública, quatro Varas da Família e Registro Civil, duas Varas do Tribunal do Júri, três Varas Criminais, uma Vara de Sucessões e Registros Públicos, uma Vara da Infância e Juventude, além de uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem

OBRAS EM ANDAMENTO**Construção**

Fórum de Quipapá
Fórum de Panelas
Anexo do Fórum de Pesqueira
Escola Judiciária (Anexo ao Fórum Rodolfo Aureliano)
Galpões (Almoxarifado e Patrimônio) em Jaboatão dos Guararapes

Reforma

Fórum de Abreu e Lima
Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica)
Fórum Rodolfo Aureliano (5º andar)

OBRAS EM LICITAÇÃO

Fórum de Goiana
Fórum de Arcoverde
Fórum de Serra Talhada
Fórum de Altinho
Fórum de Taquaritinga do Norte

OBRAS EM ORÇAMENTO**Construção | Reforma**

Fórum de Abreu e Lima
Fórum de Limoeiro ■

Criação de 1.019

*novos cargos de servidores traz
benefícios à prestação jurisdicional*



Foto: Anderson Freitas

O projeto foi proposto na Presidência do desembargador Jovaldo Nunes. Um dos objetivos de sua gestão foi lotar as unidades com o mínimo necessário de servidores

por Camila **BARROS**

A criação, em maio de 2012, de 1.019 novos cargos de servidores para o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) trouxe melhorias na prestação dos serviços do órgão, possibilitando o alcance do objetivo de uma maior celeridade jurisdicional. A medida criou 564 cargos de analista judiciário, 387 cargos de técnico judiciário e 68 cargos de oficial de justiça. Para o técnico judiciário Bruno Gomes Cabral, lotado na 9ª Vara Cível de Recife, as novas vagas também trouxeram satisfação e recompensa por muito esforço. Ele foi nomeado para um dos 564 novos cargos de analista judiciário.

Bruno Gomes fez o concurso de 2011, o mais recente do Tribunal, para técnico e analista, conseguindo aprovação em ambos. Com uma boa colocação, logo foi chamado para assumir o cargo de técnico, começando a trabalhar em maio de 2012. Ainda cursando Direito, conseguiu conciliar estudo e trabalho. Para sua surpresa surgiram as novas vagas e a nomeação para analista ficou iminente. Como ainda é estudante, não poderia assumir o cargo. Por esse motivo entrou junto à faculdade com o procedimento para se formar antes do tempo. Enquanto isso, conseguiu, juntamente com o Tribunal, a prorrogação de posse para se formar a tempo de assumir a vaga. “Fiz provas orais com uma banca formada por três professores sobre todo o conteúdo previsto para as matérias do último período da faculdade, isso ao mesmo tempo em que cursava o 9º período. Aprovado em todas as provas,

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Para Bruno Gomes, a criação dos novos cargos proporciona um enorme ganho de cidadania

hoje estou terminando o período com previsão para concluir a faculdade e tomar posse como analista”, afirma o servidor.

O projeto dos novos cargos veio da iniciativa da Presidência do desembargador Jovaldo Nunes, de melhorar a estrutura do Judiciário e dar uma maior celeridade jurisdicional. “Nenhum cargo comissionado ou função gratificada foi criada. Queremos suprir a carência das unidades judiciárias lotando-as com o mínimo de servidores necessários para a realização do trabalho”, afirmou o magistrado em entrevista no período da aprovação da medida.

Com as novas vagas, cada unidade de 1ª Entrância passou a funcionar com dois oficiais de justiça, dois analistas judiciários e quatro técnicos judiciários; na 2ª Entrância, dois oficiais de justiça, dois analistas judiciários e cinco técnicos judiciários; e na 3ª Entrância, dois oficiais de justiça, três analistas judiciários e seis técnicos judiciários.

Segundo o desembargador Jovaldo Nunes, com a criação dos cargos a tendência natural é que a prestação jurisdicional melhore. “O ponto importante da gestão foi dotar as unidades com o mínimo necessário de servidores para conquistar uma melhor prestação jurisdicional. Não há como exigir celeridade se não há pessoal suficiente, então buscamos dar condições”, afirma. A ação foi muito importante principalmente para a primeira instância, onde havia situações precárias.

Atualmente, de acordo com um levantamento da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), o TJPE possui 5.503 servidores lotados nas 461 unidades judiciárias do Estado, entre varas e juizados, mais os que atuam no próprio Tribunal de Justiça, inclusive na Corregedoria Geral de Justiça. O preenchimento dos cargos criados se deu a partir de janeiro de 2013 e ainda há vagas a serem ocupadas.

Para Bruno Gomes, a criação dos novos cargos proporciona um enorme ganho de cidadania. “Uma das lacunas da prestação jurisdicional é a lentidão da resolução das ações. Com um número maior de servidores, o Judiciário pode aproximar as pessoas de uma solução mais rápida e efetiva dos problemas submetidos à sua apreciação”, diz.

Sobre o trabalho na área pública, o servidor se diz apaixonado. “Trabalhar na área pública é uma satisfação muito grande, principalmente quando podemos levar a Justiça para mais próximo das pessoas”. Ele confessa também que estudar Direito nem sempre foi seu interesse. “Ainda no colégio pensei em fazer História, Matemática, Ciências da Computação, mas somente quando tive

contato com o Direito é que tive uma fascinação especial pela concretização da justiça”, diz. Hoje ele considera um privilégio a possibilidade de poder trabalhar na área em que estuda. “O fato de poder ajudar o próximo fazendo o que ama é muito bom. Penso que nessa sociedade tão sofrida em que vivemos, cada pingo de esperança por justiça e dias melhores que podemos dar à população nos farão pessoas melhores. Isso tudo somado à estabilidade que traz o serviço público”, afirma.

As aprovações no concurso do Tribunal foram as recompensas por muito esforço durante uma trajetória difícil. Vindo de escola pública, Bruno Gomes fez supletivo para terminar o 2º grau. Devido a dificuldades financeiras precisou dar um rumo na vida. “O rumo que encontrei foi pelos estudos, fiz supletivo para terminar o ensino médio e poder fazer concursos públicos”, explica. Depois de algumas provas, ele foi nomeado nos Correios e trabalhou como carteiro durante três anos e meio. Foi nesse período que resolveu ingressar no curso de Direito, onde encontrou sua vocação profissional. Ainda nos Correios, soube do concurso do TJPE e decidiu se inscrever. Trabalhando o dia todo e estudando à noite, ele arrumava todos os horários possíveis para estudar: no ônibus, na hora do almoço, no final de semana e feriados. Para Bruno, as nomeações são a realização de um sonho. “Amo extremamente o que faço. Tenho como inspiração aquela frase de Confúcio que diz: ‘Escolhe um trabalho de que gostes, e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida’. Esse é meu pensamento. Ser servidor público é verdadeiramente um dom”, avalia.

O servidor está cheio de expectativa positiva para assumir a nova vaga. “A posse do cargo de analista significará a consolidação de um sentimento de dever cumprido, haja vista toda dificuldade de adiantar o curso junto à faculdade. Foi realmente uma tarefa difícil, toda a burocracia, problemas familiares, saúde, mais todo o medo de perder uma vaga concorrida por aproximadamente 16 mil pessoas. Todos esses fatos em conjunto, somados a também presente melhora salarial, trazem um sabor muito especial a essa conquista”. Ele já faz planos para o futuro na carreira jurídica e pretende fazer pós-graduação para poder melhor servir ao público.

De acordo com a Secretaria de Administração, as despesas decorrentes da aplicação da lei que criou as novas vagas representaram um impacto financeiro de, aproximadamente, 67 milhões no decorrer de todo o ano de 2013. ■

Pagamentos de precatórios

e requisições de pequeno valor batem novo recorde e somam R\$ 94 milhões



Foto: Assis Lima

Para agilizar o pagamento dos credores foi implantado no Núcleo de Precatórios o sequestro das importâncias devidas pelos municípios inadimplentes através do sistema Bacen-Jud

ESFORÇO O coordenador do Núcleo de Precatórios, juiz Carlos Moraes, credita os resultados conquistados à dedicação dos servidores que compõem o seu setor

Os pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor aos credores bateram novo recorde em 2013 e somam o total de R\$ 94.096.957,44. Em relação ao ano de 2012, quando foi pago o montante de R\$ 62.322.094,10, houve um aumento de 50,98%. Por sua vez, comparando ao que foi pago em 2011, no valor de R\$ 50.248.237, o percentual atingiu 87,26%.

No ano de 2013, o Estado, maior devedor, pagou o valor de R\$ 53.144.897,91. Os municípios pagaram R\$ 28.181.543,02. Já o INSS desembolsou R\$ 12.770.516,51.

O resultado é fruto do trabalho do Núcleo de Precatórios do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sob a coordenação do juiz e assessor da Presidência do Judiciário estadual, no biênio 2012/2013, Carlos Moraes. A unidade recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o reconhecimento de conclusão de sua reestruturação.

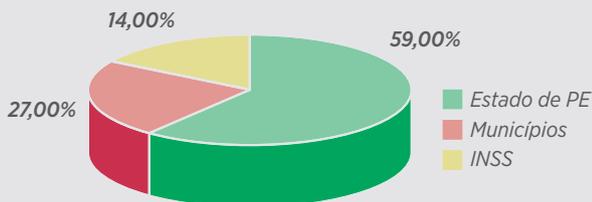
Esses precatórios são débitos reconhecidos em sentenças que transitaram em julgado contra o Estado de Pernambuco e seus municípios, autarquias, administração indireta e o Instituto Nacional de Seguridade

Social (INSS). De acordo com o artigo 100 (§ 1º) da Constituição Federal, a verba necessária ao pagamento desse tipo de dívida deve ser incluída no orçamento anual até o dia 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

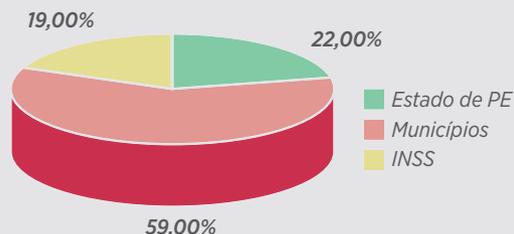
O juiz Carlos Moraes ressalta que dentro da disponibilidade financeira efetivada, os credores idosos, doentes graves e alimentares tiveram prioridade no recebimento de seus créditos, dentro do limite estabelecido pela legislação.

GRÁFICO DO PERCENTUAL PAGO POR CADA ENTE DEVEDOR

Precatórios pagos (Estado, municípios e INSS) no ano 2013 – R\$ 85.605.690,93



RPV's* pagos (Estado, municípios e INSS) no ano de 2013 – R\$ 8.491.266,51



TOTAL PAGO DE PRECATÓRIOS + RPV'S ANO DE 2013: R\$ 94.096.957,44

TOTAL PAGO DE PRECATÓRIOS + RPV'S ANO DE 2012: R\$ 62.322.094,10

PERCENTUAL DE AUMENTO = 50,98 %

*RPV's: requisições de pequeno valor

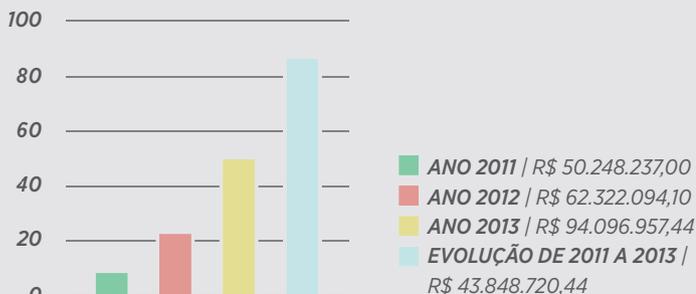
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS RPVs PAGAS 2013

ENTE DEVEDOR	ANO 2013 (R\$)
Estado	1.948.981,99
Municípios	5.016.590,97
Autarquia (INSS)	1.525.693,55
Total R\$	8.491.266,51

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PRECATÓRIOS PAGOS 2013

ENTE DEVEDOR	ANO 2013 (R\$)
Estado	51.195.915,92
Municípios	23.164.952,05
Autarquia (INSS)	11.244.822,96
Total R\$	85.605.690,93

GRÁFICO DO AUMENTO PERCENTUAL DOS ÚLTIMOS 3 ANOS



No ano de 2011 foi pago R\$ 50.248.237,00

No ano de 2012 foi pago R\$ 62.322.094,10, o que representa um aumento de 24,03%

No ano de 2013 foi pago R\$ 94.096.957,44, o que representa um aumento de 50,98%

Entre os anos de 2011 e 2013, em valor absoluto, foi pago a maior R\$ 43.848.720,44, o que representa um aumento percentual de 87,26 %

Para agilizar o pagamento dos credores foi implantado no Núcleo de Precatórios o sequestro das importâncias devidas pelos municípios inadimplentes através do sistema Bacen-Jud. Dessa forma, o processo é feito pela internet e quando confirmado o bloqueio da quantia sequestrada e após a sua transferência é expedido imediatamente o alvará para liberação do crédito. “Antes desse procedimento ser colocado em prática, a medida era realizada por meio de carta de ordem dirigida aos juízes das comarcas, o que acarretava em mais tempo para

o cumprimento da ordem judicial”, afirma o magistrado.

Seguindo orientação do CNJ, o presidente do TJPE no biênio 2012/2013, desembargador Jovaldo Nunes, delegou seus poderes, na área específica, para que o juiz Carlos Moraes tivesse competência de impulsionar e decidir todos os processos sem a necessidade de sua intervenção. “A iniciativa contribuiu para que o Núcleo atuasse com mais velocidade. Crédito também os resultados conquistados no setor à dedicação da equipe de trabalho”, destaca o juiz.

Visando melhorar a prestação jurisdicional do Núcleo para o ano de 2014, já está em fase de implantação no TJPE, através da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, a ferramenta dos Sistemas de Conta Única de Depósitos Judiciais e de Precatórios, com transferência de tecnologia de informática que resultará em mecanismos de segurança e presteza em benefício do jurisdicionado. O coordenador do Núcleo comemora o êxito do trabalho de gestão sob a Presidência do desembargador Jovaldo Nunes. ■

GRUPO A equipe da Ouvidoria, coordenada pelo desembargador Eurico de Barros, comemora os resultados de um trabalho marcado pelo êxito

Ouvidoria do TJPE

encerra gestão com expressiva produtividade

Gestão do ouvidor Eurico de Barros contabiliza feitos importantes como a implementação de novos pontos de atendimento, além de melhorias na infraestrutura e canais de comunicação para o público

por **Thiago MOREIRA**

Estar disposto a ouvir reclamações, aceitar e considerar sugestões, bem como esclarecer todo e qualquer tipo de solicitação do público em geral. Esta é a missão de qualquer ouvidoria. E não poderia ser diferente quando nos lembramos da Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), considerada a primeira instalada no Poder Judiciário brasileiro.

Sob a gestão do desembargador Eurico de Barros Correia Filho, a Ouvidoria do TJPE encerrou o biênio 2012/2013, com expressivo aumento no que se refere aos casos e solicitações feitas pela população em geral. Segundo o magistrado, a produtividade da gestão foi considerada bastante elevada, mantendo-se com índices expressivos. Ao final de 2013, foram contabilizadas mais de 22 mil solicitações, com uma média superior a mil registros mensais. Isto foi possível graças a uma série de melhorias feitas pela equipe durante a gestão do desembargador-ouvidor. "Um dos focos da gestão foi a acessibilidade, as diferentes formas do cidadão formalizar suas manifestações", acrescenta Eurico de Barros.

Somente no ano de 2013 contabilizaram-se 11.895 manifestações. Dentre elas, destacam-se solicitações de informações (8.004 ocorrências), pedidos de agilização de processos (3.138), reclamações (458), denúncias de irregularidade funcional (130), além de elogios (82), e sugestões (83). O e-mail continuou sendo um dos meios mais utilizados pela população, com mais de 9.735 registros, seguido pelo atendimento presencial, com mais de 1.600 registros.



Foto: Jair Alves

Dentre algumas ações que alavancaram este quantitativo destacam-se: a criação de mais dois postos de atendimento ao público, um deles no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, no Recife, e o outro posto no Fórum Desembargador Benildes Ribeiro, na Imbiribeira. Além do reforço nos mecanismos para atendimento pessoal, foram realizadas audiências públicas em comarcas-polo do Estado como Arcoverde, Petrolina e Garanhuns, além do distrito de Fernando de Noronha. Outro importante feito foi a celebração de convênios de cooperação com outras instituições de autarquia estadual, como o Ministério Público de Pernambuco (MPPE). No âmbito da comunicação, outro canal de atendimento criado foi através do próprio site do TJPE, onde o cidadão pode formalizar e enviar sua queixa online para a Ouvidoria.

A infraestrutura também ganhou reforço com a adição de mais canais de atendimento. Além do número 0800 081 5251 (gratuito), a Ouvidoria passa a contar também com o número 159 (tri-dígito) para contato, bem como a instalação de uma Unidade

de Resposta Audível (URA), com o intuito de evitar que as linhas fiquem congestionadas. Isto foi possível graças a uma parceria com empresas de telefonia no Estado. Para o atendimento telefônico, quatro telefonistas estão sempre a postos para prestar atendimento ao cidadão, no horário das 8h às 18h.

A equipe dessa gestão foi composta por seis servidores, sendo dois comissionados e quatro efetivos, responsáveis pela triagem das solicitações recebidas, que chegam de diversas formas, por e-mail, fax, ofícios, telefone, cartas, petições e atendimento pessoal, dividido em dois postos. Toda a triagem das solicitações recebidas é feita pelos servidores efetivos. O cidadão recebe um código para identificação da queixa, além do posterior monitoramento de sua solicitação.

A Ouvidoria Geral da Justiça foi criada pela Resolução nº 105, de 1º de outubro de 1998, com a finalidade de contribuir para a elevação dos padrões de transparência, prestação, eficiência e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares do Poder Judiciário.

REGIMENTO INTERNO

Outro importante feito da gestão da Ouvidoria foi o estabelecimento de um Regimento Interno. O objetivo do documento, publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do dia 1º de novembro de 2013, é disciplinar a atuação do órgão em todas as instâncias do Tribunal de Justiça.

De acordo com o desembargador Eurico de Barros, a formulação do Regimento Interno teve início em gestões passadas, sendo finalizado durante a sua gestão. Ainda de acordo com o magistrado, o documento traz uma carga simbólica que consolida a existência da Ouvidoria do Poder Judiciário de Pernambuco. “O documento estabelece toda a estrutura, as atribuições e o funcionamento da Ouvidoria, as atribuições do ouvidor e do vice-ouvidor, os procedimentos das manifestações, os tipos de manifestações e as disposições finais, que preconizam algumas situações com relação aos pedidos de agilização formulados pelos advogados e à problemática das denúncias anônimas”, explicou. ■

Modelo de Justiça

Terapêutica do TJPE tem projeção crescente no cenário nacional

O pioneirismo do trabalho desenvolvido pelo Judiciário pernambucano na recuperação do infrator que comete um delito em função do uso abusivo ou da dependência de drogas

por Ivone VELOSO

Aos 12 anos de idade, Edson Barbosa foi morar nas ruas do Recife. Deixou para trás um lar marcado pela violência doméstica. O padrasto, viciado em álcool, agredia a mãe, quase que diariamente, por meio de discussões e espancamentos. O dinheiro era escasso para alimentar e vestir toda a família, formada na época por mais duas irmãs. Nas ruas, ele encontrou abrigo. Foi acolhido por jovens maiores de 18 anos envolvidos na criminalidade. Começou a praticar os primeiros delitos orientado pelos mais velhos e foi apresentado às drogas. O consumo de substâncias ilícitas passou a ser cada vez mais intenso. Os crimes cometidos tornaram-se frequentes. Até que no final de 2000, aos 19 anos, foi preso furtando um carro com um amigo, no bairro de Jardim São Paulo. Estava drogado. Naquele dia, havia consumido vários tipos de drogas, incluindo maconha, comprimidos de Artane e duas cartelas do medicamento Rivotril. Foi encaminhado para o Presídio Aníbal Bruno, ficando preso por seis meses enquanto aguardava sua sentença.



Foto: Assis Lima

OPORTUNIDADE *Edson Barbosa: "A possibilidade que o Judiciário me deu, proporcionando a minha internação foi fundamental"*

FATORES *A chefe do Nujt, Salete Moreira, destaca a relevância do tratamento da dependência química dentro de um contexto socioeconômico e cultural*

No julgamento, a pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direitos a ser cumprida na Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), implicando em prestação de serviços à comunidade no período de dois anos. A unidade judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) havia sido criada em 13 de fevereiro de 2001, com o objetivo de atuar na recuperação de infratores de delitos de pequeno e médio potencial ofensivo, o que inclui a condenação de até quatro anos de prisão em crimes dolosos e qualquer pena de prisão em crimes culposos.

Na Vepa, Edson foi acompanhado por uma equipe formada por psicólogos e assistentes sociais que o orientaram a respeito da questão da dependência química. Ao final de um ano e três meses, teve uma recaída e voltou a consumir drogas. Consciente de que a unidade judiciária poderia



Foto: Anderson Freitas

encaminhá-lo para o internamento em uma comunidade terapêutica, ele solicitou o processo. Foi conduzido à Sociedade Assistencial Sara Vida, localizada no município de Vitória de Santo Antão. No local, ele ficou durante seis meses. “A possibilidade que o Judiciário me deu, proporcionando a minha internação foi fundamental. Percebi, junto à equipe psicossocial que me acompanhava, a necessidade de me afastar da sociedade para conseguir me recuperar”, revela. Após esse período, Edson foi encaminhado ao Centro de Justiça Terapêutica (CJT) do TJPE. A instituição havia sido inaugurada em 30 de abril de 2001, na gestão do desembargador Nildo Nery, com o objetivo de oferecer um tratamento médico e psicossocial ao infrator que houvesse cometido um delito em consequência do uso abusivo ou da dependência de drogas. A equipe do centro era composta por um psiquiatra, psicólogos e assistentes sociais. Edson continuou o tratamento contra a dependência química no CJT e recebeu o certificado da instituição afirmando que estava recuperado e apto a voltar à sociedade.

Hoje, aos 32 anos, Edson Barbosa é um dos coordenadores da Sociedade Assistencial Sara Vida. No lugar, ele conta a sua experiência aos residentes da comunidade e administra um programa terapêutico direcionado à recuperação do dependente químico. O processo de tratamento, que dura

seis meses, é voltado basicamente ao trabalho comunitário, também denominado laboterapia, que consiste na realização de atividades de manutenção da infraestrutura do espaço. A rotina da manhã inclui atividades domésticas, cultivo de uma horta, e gerenciamento de uma granja. Os internos participam ainda de oficinas de trabalho, aprendendo o ofício de um colega residente. O período da tarde é destinado às consultas e palestras com psicólogos e assistentes sociais e também à recreação, que inclui jogos de futebol e sinuca, entre outras práticas. À noite, os residentes se reúnem para partilhar suas angústias, medos, histórias de vida e perspectivas diante do tratamento. “É um momento muito importante porque admitimos o poder de destruição da droga, a nossa dependência, e ressaltamos a importância da vitória de mais um dia sem o seu uso”, afirma Edson.

A Sociedade Assistencial Sara Vida é um dos centros de tratamento que integra a rede de serviços credenciada à Vepa, destinada à recuperação do cumpridor de penas alternativas que tem algum tipo de problema relacionado ao uso abusivo e à dependência de álcool e outras drogas psicoativas. A Vara, por meio do seu Núcleo de Justiça Terapêutica (Nujt), pode encaminhar o cumpridor da pena também a outras comunidades terapêuticas, ao Centro de Justiça

Terapêutica do TJPE, aos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD), ao Programa Atitude do Governo do Estado, aos Alcoólicos Anônimos (AA), aos Narcóticos Anônimos (NA), e demais instituições que desenvolvam um trabalho de referência na recuperação do dependente químico (ver box). A equipe do Núcleo, formada por duas psicólogas e uma assistente social, também monitora o cumpridor da pena durante todo o processo voltado à sua recuperação. O acompanhamento acontece através de reuniões com os apenados, e por meio de visitas às instituições onde eles estão inseridos e à casa em que residem, objetivando analisar a evolução do tratamento, as relações familiares, e o ambiente social em que vivem. Segundo a chefe do Nujt, a assistente social Salete Moreira, a dependência das drogas tem que ser tratada dentro de um contexto socioeconômico e cultural. “Há um conjunto de fatores associados ao vício e ao uso abusivo de substâncias psicoativas. Precisamos identificar e atuar nas questões que interferem diretamente nesse processo, dando assistência psicossocial aos familiares e fornecendo condições estruturais para que o apenado possa se recuperar”, afirma. No ano de 2013, 252 cumpridores de penas alternativas foram assistidos pelo Nujt. A maior parte dos beneficiados integra a faixa etária entre 19 e 35 anos.

EVOLUÇÃO Segundo o juiz Flávio Fontes, o TJPE começou a mudar na última década ao priorizar o tratamento do infrator que comete delitos em função do uso abusivo ou da dependência de drogas

Para o juiz titular da Vepa, Flávio Fontes, o Judiciário pernambucano evoluiu muito na última década, quando começou a priorizar o tratamento do infrator que comete delitos em função do uso abusivo ou da dependência de drogas em detrimento de condená-lo penalmente em regime fechado. “A prisão não recupera esse tipo de apenado. Não adianta prendê-lo se não focarmos na sua reabilitação. A Justiça Terapêutica tem cumprido um papel fundamental não apenas ao viabilizar o tratamento de uma doença, que é a dependência química, mas ao inserir esse problema dentro de um cenário mais amplo de discussões”, observa. A necessidade de um tratamento diferenciado para cada dependente químico é destacada pelo magistrado como essencial. Dentro desse contexto, ele aponta a importância da parceria entre o Tribunal e as instituições privadas especializadas na recuperação do dependente de drogas, que foi intensificada nos últimos anos. “Isso tem nos proporcionado mais alternativas na conquista de um tratamento eficaz para cada indivíduo. Avaliamos a melhor terapia em função de uma série de fatores pessoais. O melhor processo de recuperação pode estar no Centro de Justiça Terapêutica do TJPE ou numa comunidade terapêutica, por exemplo, quando o dependente precisa se afastar do meio em que vive por um período para se tratar”, afirma.

Pioneiro na América Latina, o Centro de Justiça Terapêutica do TJPE atua no tratamento do infrator que responde a processo criminal ou foi sentenciado em virtude do uso

abusivo ou da dependência de drogas. Implantado há 12 anos, o centro surgiu com a ideologia de mostrar na prática que, para reduzir a reincidência desse tipo de crime, era necessário investir menos em punição e mais na recuperação do apenado e na sua reinserção social. O ingresso no CJT ocorre quando o juiz percebe a dificuldade do réu com as substâncias psicoativas e o encaminha para tratamento no local. Os beneficiados pelo centro são oriundos de todos os juizados e varas do Tribunal, que julgam delitos com esse padrão. No caso da Vepa, que trata de crimes com até quatro anos de prisão, o encaminhamento ocorre de forma diferente, visto que o infrator já foi sentenciado ao cumprimento de penas alternativas e o tratamento é oferecido como um complemento opcional à sua recuperação.

O CJT funciona no térreo do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, com uma equipe formada por um psiquiatra, duas assistentes sociais, duas psicólogas, além de três servidores que atuam na área burocrática. A coordenação geral fica a cargo do juiz Flávio Fontes e a técnica do psiquiatra José Marques Costa Filho. O trabalho desenvolvido pelo grupo é hoje uma referência no País. Segundo dados fornecidos pelo centro, o índice de recuperação é de 80% durante o período do tratamento. Para o psiquiatra José Marques Costa, o sucesso da iniciativa se deve ao trabalho especializado de uma equipe empenhada em realizar um atendimento individualizado e à determinação do apenado em buscar



Foto: Assis Lima

a recuperação. “Ninguém deixa de ser dependente químico só porque foi determinado a fazer isso. É condição impreterível que o sentenciado deseje realmente abandonar o vício em drogas”, afirma. Nesse processo, está inserido não só o tratamento psicossocial do infrator, mas também da família que convive com a situação. São realizadas visitas à casa do sentenciado para avaliar as questões que podem vir a interferir na sua recuperação. “Na verdade, toda a família ‘adoece’ quando tem um membro passando por esse tipo de problema”, diz.

O tratamento realizado contra a dependência química no CJT passa principalmente pelo resgate da

cidadania. Uma das ações realizadas pela unidade é resolver questões de ordem burocrática para inserir novamente o apenado no mercado de trabalho. Com este objetivo, há o encaminhamento para os órgãos responsáveis pela emissão de documentos como carteiras de identidade, de habilitação e de trabalho, e a orientação quanto à realização de cursos profissionalizantes ou o retorno à atividade escolar. De acordo com a assistente social Renata Lopes, a maior parte dos atendidos no Centro tem um nível de escolaridade baixo, mas a medida em que se livram do vício buscam capacitar-se para a conquista de um emprego. “Não basta apenas realizarmos um trabalho de

conscientização sobre os problemas provocados pelo uso de drogas, é preciso darmos condições de um reingresso na sociedade”, observa. A possibilidade de um novo começo de vida torna-se ainda mais real quando se leva em consideração o fato de que ao concluir o tratamento no CJT, e livrar-se do uso de drogas, o sentenciado tem o processo na Justiça extinto, passando a ser um cidadão sem antecedentes criminais. O psiquiatra José Marques Costa destaca a relevância dessa ação do Judiciário. “É muito mais fácil conseguir um emprego com a ‘ficha limpa’. Ao começar a trabalhar, a chance de ter uma recaída no uso de drogas é muito menor”, avalia.

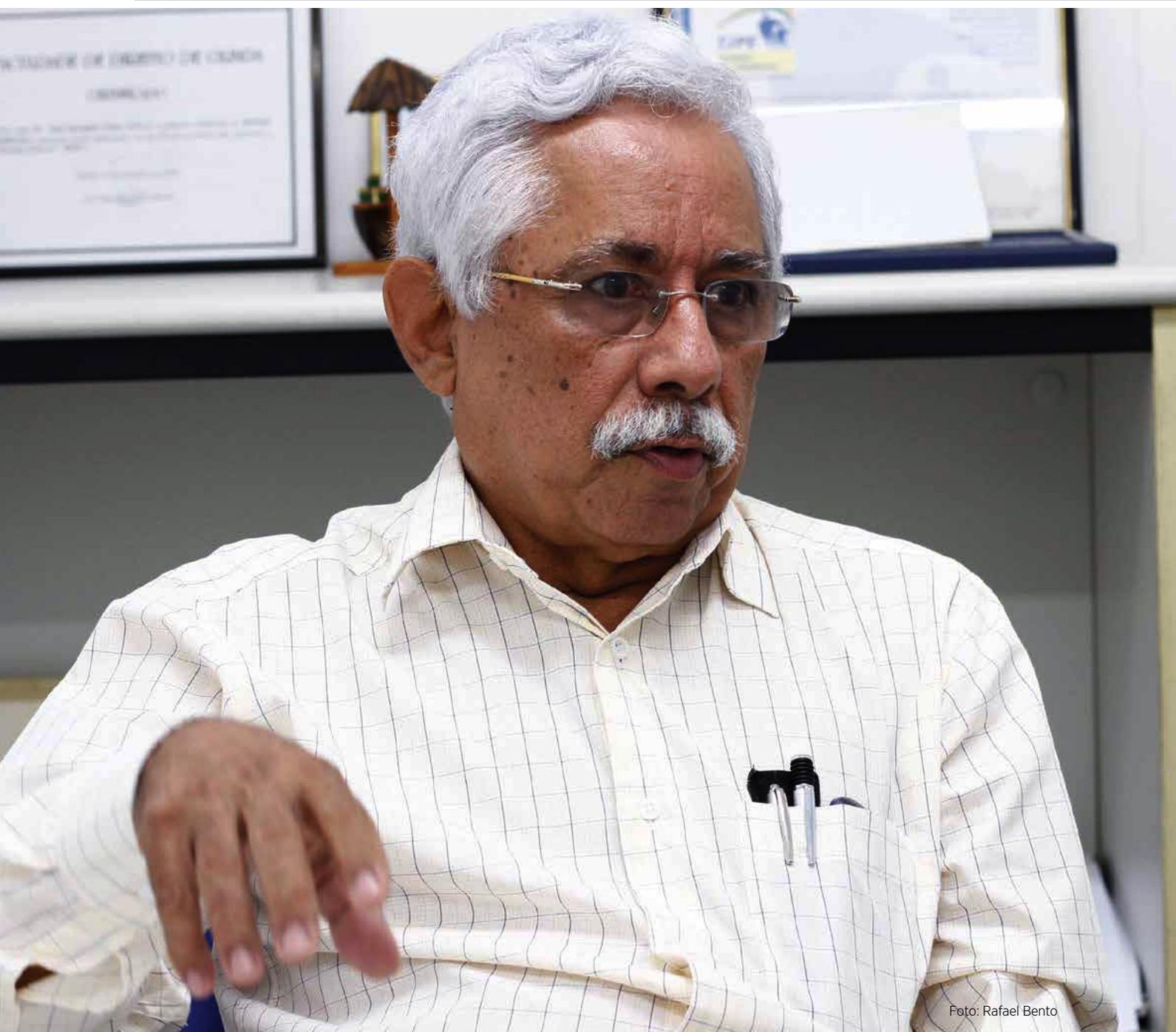


Foto: Rafael Bento

PERSEVERANÇA *O psiquiatra José Marques Costa Filho atribui o sucesso do CJT ao trabalho de uma equipe empenhada em realizar um atendimento individualizado e à determinação do apenado em buscar a recuperação*

O período do tratamento é de até dois anos, podendo ser definido pelo juiz ou pela equipe do centro, após uma avaliação médica, caso assim prefira o magistrado. As consultas com as psicólogas e assistentes sociais acontecem pelo menos uma vez por semana, podendo ser intensificadas de acordo com a resposta à terapia, que também se dá em grupo, e a participação ativa da família do indivíduo. Todo mês, o psiquiatra José Marques envia um relatório para o juiz com a frequência dos apenados nas consultas. Caso o sentenciado não esteja comparecendo ao centro, ao final de três meses o juiz o intima para reabrir o processo ou realizar uma audiência de advertência, na qual ele é questionado novamente se deseja realizar o tratamento. Durante o processo de advertência, a pena pode ser aumentada, mas nunca por mais de dois anos. Na unidade são tratados exclusivamente os sentenciados que não possuem nenhum tipo de doença mental. A triagem dos beneficiados pelo CJT é realizada pelo psiquiatra José Marques. “Quando identifico um apenado com uma doença mental envio um ofício para o juiz, solicitando que instaure um incidente de insanidade mental”, revela.

As drogas ilícitas mais frequentes consumidas pelos atendidos pelo Centro são maconha e crack. Segundo um levantamento realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), cerca de 370 mil brasileiros de todas as idades usaram regularmente crack e similares (pasta base, merla e óxi) nas capitais brasileiras ao longo de pelo menos seis meses em 2012. Por “uso regular”, foi considerado um consumo de pelo menos 25 dias nos seis meses anteriores ao estudo, de acordo com a definição da Organização Panamericana de Saúde (Opas). Os dados apontam que no Nordeste há aproximadamente 150 mil usuários de crack, cerca de 40% do total de pessoas que fazem uso regular da droga em todas as capitais do País. O estudo foi divulgado no dia 19 de novembro de 2013 pelos ministérios da Justiça e da Saúde. A maior incidência do consumo do crack nas capitais do Nordeste corrobora, segundo o juiz Flávio Fontes, a relação direta entre o uso abusivo de drogas e a condição social. “Uma pessoa que nasce num lugar sem infraestrutura, que às vezes não sabe nem quem é o pai direito, já foi punido na própria concepção. Ele acaba enxergando na droga uma muleta de sobrevivência, sem avaliar os danos e a destruição que a dependência química pode causar na sua vida”, afirma o magistrado.

Segundo o psiquiatra José Marques Costa, outro fator determinante para o consumo abusivo de drogas é a questão orgânica. O médico destaca que alguns indivíduos

nascem com uma predisposição genética para o vício em substâncias psicoativas. O vício, segundo ele, se configura quando o indivíduo não tem controle sobre o consumo de qualquer tipo de droga. No caso do álcool, José Marques ressalta que a percepção sobre o vício torna-se mais difícil porque é uma droga lícita e o consumo não é reprimido pela sociedade. “Há uma grande diferença entre o indivíduo que bebe esporadicamente, fazendo o uso recreativo do álcool, daquele que não consegue se conter diante da bebida alcoólica”, diz. O consumo do álcool, de acordo com o psiquiatra, acompanha a maioria dos vícios em drogas ilícitas. “Muitas vezes o álcool é a porta de entrada para a dependência química porque há uma aceitação cultural do produto, é sinônimo de celebração, mas é preciso ficar atento se o seu uso passa a ser exagerado e lhe traz problemas no ambiente em que vive”, afirma.

Ao consolidar o cometimento de crimes provocados pelo uso abusivo de drogas como um problema de ordem social e médica, que exige tratamento, e não um caso de polícia com a punição do infrator, o Judiciário pernambucano virou referência de trabalho no Brasil. É comum a presença de representantes de tribunais e de ministérios públicos de outros estados na busca de informações sobre o desenvolvimento da iniciativa. Só na primeira quinzena de novembro do ano passado, que foi à época da entrevista, o juiz Flávio Fontes havia recebido no TJPE uma equipe do Ministério Público de Rondônia, e promovido palestras nos tribunais do Mato Grosso do Sul e Tocantins para falar sobre o trabalho da Justiça Terapêutica realizado sob a sua coordenação. “Somos o único Tribunal do País que possui um Centro de Justiça Terapêutica para maiores de 18 anos com sede física no Fórum da Capital. Esse diferencial é importante porque facilita a conscientização dos magistrados e servidores responsáveis diretamente pelo processo de recuperação do sentenciado envolvido com a questão das drogas”, afirma.

A atuação do Tribunal estadual pernambucano vem ganhando também reconhecimento internacional. Em 2010, no Congresso Mundial de Justiça Terapêutica, realizado na Espanha, foi apresentada uma pesquisa realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) que destacava a eficácia do trabalho do CJT de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. “Hoje percebo que a cultura do tratar está muito mais disseminada que a do punir no Judiciário dos principais países do mundo, e quem ganha com isso é a sociedade porque há menos reincidência de crimes e mais formação de cidadãos”, analisa o juiz.

Centros e instituições que compõem a rede da Justiça Terapêutica no Estado

Centro de Justiça Terapêutica (CJT)

Atua no tratamento do infrator usuário abusivo ou dependente químico de álcool e outras drogas que responde a processo criminal ou foi condenado. O ingresso no CJT ocorre por determinação do juiz. Os beneficiados pelo centro são oriundos de todos os juizados e varas do Tribunal da Capital e Interior do Estado.

Núcleo de Justiça Terapêutica (NuJT)

Atua no tratamento do infrator usuário abusivo ou dependente químico de álcool e outras drogas que foi encaminhado ao cumprimento de pena na Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), que tem jurisdição em Recife e Região Metropolitana.

Centro de Atenção Psicossocial (Caps)

Serviço de saúde pública, instituído através da Portaria/SNAS Nº 224 - de 29 de Janeiro de 1992, e tem como maior objetivo tratar a saúde mental do usuário de drogas de forma adequada, realizando um acompanhamento clínico, e promovendo a sua reinserção social por meio do trabalho e lazer, a fim de fortalecer os laços familiares e comunitários. Oferece atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, em um ou dois turnos de 4 horas, por equipe multiprofissional, constituindo-se também em porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental.

Programa Atitude

Principal programa do Governo do Estado de Pernambuco responsável pelo tratamento de usuários abusivos de substâncias psicoativas, que inclui, no trabalho, internações.

Alcoólicos Anônimos (AA)

Grupos autônomos, com caráter voluntário, que se reúnem para alcançar e manter a sobriedade através da abstinência total de ingestão de bebidas alcoólicas por meio do cumprimento de 12 passos.

Narcóticos Anônimos (NA)

Grupos autônomos, com caráter voluntário, que se reúnem para alcançar e manter a sobriedade através da abstinência total de todas as drogas por meio do cumprimento de 12 passos.

Comunidades Terapêuticas (CT)

Instituições privadas, sem fins lucrativos e financiadas, em parte, pelo Poder Público. Oferecem gratuitamente acolhimento para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas. Funcionam num espaço protegido, em ambiente residencial. O programa terapêutico-educativo, a ser desenvolvido no período de tratamento da Comunidade Terapêutica, tem como objetivo ajudar o dependente químico através da mudança de seu estilo de vida. ■

Ex-usuário encontrou esperança no tratamento contra as drogas

por Rebeka MACIEL

“**M**inha história é de muita dor e sofrimento. Até chegar o dia de hoje, vem um rastro de destruição.” Assim, Rodrigo inicia seu relato sobre sua experiência de vida. Apesar dos 24 anos de idade, o hoje técnico de Informática já acumula uma grande bagagem, cheia de histórias ruins, mas, também e principalmente, de amor, persistência e superação.

Há cerca de um ano e três meses, Rodrigo iniciava uma nova etapa em sua vida. Ele não sabia o que aconteceria ao chegar em casa, mas sua mãe, já o aguardava com os funcionários de uma empresa indicados pela clínica de reabilitação para onde seria levado. Ele era dependente químico e seu vício já o havia levado à cadeia por dois anos e oito meses. Quando viu que o filho voltara a usar drogas depois de 15 dias em liberdade, sua mãe decidiu dispor da última ferramenta que tinha: o internamento

involuntário. Mas o tratamento era muito caro para a família, e o plano se recusara a pagar. Com a ajuda da defensora pública Nathália Jambo, conseguiu na Justiça a cobertura completa pelo plano de saúde. Essa não foi a primeira decisão nesse sentido. A defensora recorreu ao Judiciário com base na afirmação de que o vício em drogas é uma doença.

“As pessoas, muitas vezes por falta de informação, no momento do desespero, acabam se sacrificando para arcar com os gastos da internação, quando isto é responsabilidade do plano. Mesmo que no contrato exista cláusula que exclua o referido tratamento, essa cláusula é nula, pois fere o Código de Defesa do Consumidor. O consumidor quando realiza o contrato de adesão, não tem como prever as doenças que vão lhe acometer. Se o médico que acompanha o paciente entender necessário o tratamento, o plano de saúde deve autorizar, sob pena de esvaziar a própria natureza do contrato de seguro”, ressaltou a defensora, complementando que aqueles que não tiverem recursos, podem procurar a Defensoria para conseguir na Justiça o custeio do tratamento pelo plano.

A dependência química à droga ilícita ou a chamada síndrome da dependência é reconhecida e catalogada pela comunidade internacional e pela Associação Médica Brasileira como patologia grave. Em sua decisão, o juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima destacou que o Art. 10, da Lei nº 9656/98, a qual regula os planos e seguros privados de assistência à saúde, estabelece que o Plano-Referência de Assistência à Saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreende as doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, excetuado as hipóteses de tratamentos e doenças que elenca.

DECISÃO *O juiz Fábio Eugênio Oliveira decidiu por conceder a cobertura completa do tratamento contra a dependência química pelo plano de saúde*



Foto: Assis Lima

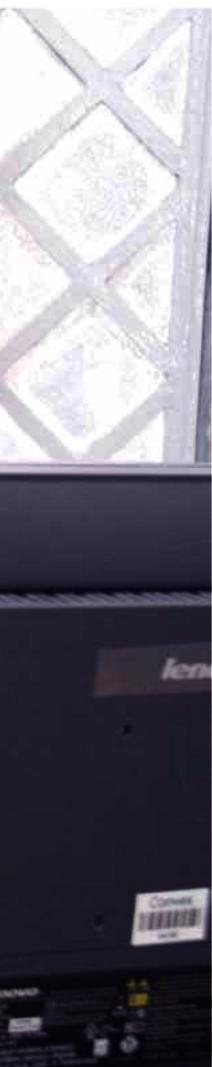


Foto: Jair Alves

“Neste contexto, o crack não se insere no rol das exceções. Registre-se, ainda, que esse dispositivo legal encerra, à evidência, uma prescrição de ordem pública, seja porque procura preservar a vida, bem coletivo por excelência, seja porque regula o serviço de assistência à saúde, em caráter supletivo à oferecida pelo Estado, seja porque quer garantir o cumprimento do fim social deste tipo de contrato”, explicou o magistrado em sua decisão.

Rodrigo iniciou o uso das drogas por volta dos 15 anos, com o álcool e a maconha. Mas foi na universidade que a dependência química progrediu.

Logo estava usando cocaína e outras drogas. “Hoje, consigo entender o que realmente acontecia comigo. Sempre tive as melhores oportunidades. Não foi por falta de amor e atenção que entrei nessa. Meu pai é taxista e minha mãe dona de casa, eu estudava em um dos melhores colégios da cidade, onde as pessoas tinham muito dinheiro. Eu queria ser igual a elas, ser aceito pelo grupo e assim comecei a usar na busca de uma aceitação. Entrei na faculdade com 17 anos de idade e a história só se repetiu. Eu queria mais uma vez ser notado e procurar alguma forma de me destacar para ser aceito



DIREITO *Nathália Jambo: “As pessoas, muitas vezes por falta de informação, no momento do desespero, acabam se sacrificando para arcar com os gastos da internação, quando isto é responsabilidade do plano”*

naquele grupo de pessoas, eu queria ter um carro, uma moto e queria tudo fácil e rápido. Não consegui me formar por conta das drogas”, contou.

Com 21 anos, idade em que deveria concluir o curso de Sistemas de Informação, Rodrigo foi parar na prisão. “Já não tinha mais dinheiro para sustentar meu vício. Entrei no crime para satisfazer minhas vontades e minha dependência química, fui preso com três pessoas e dessas uma já foi assassinada e as outras duas estão presas por outros crimes. Até nisso fui abençoado por Deus, pois hoje posso contar um pouco da minha experiência

para que outros dependentes químicos não morram e nem precisem passar por tudo isso para encontrar um caminho de recuperação. Fui preso em casa, não levei tiro, não resisti. Mas minha esposa tinha dado à luz as nossas filhas, gêmeas, há 15 dias e viu tudo, foi uma cena muito impactante na cabeça dela. Até hoje o trauma continua”, lembrou.

A prisão foi um choque para toda a família. “Os policiais invadiram a minha residência e me levaram preso. Hoje eu consigo parar para analisar o que eu fiz não só com a minha vida e o meu futuro, mas com a vida das pessoas que estavam direta e indiretamente ligadas a mim”, avalia. Rodrigo foi condenado a oito anos e nove meses de prisão. Ficou na cadeia por dois anos e oito meses no total, sendo que desses cumpriu um ano no regime semi-aberto. “A fase dentro do sistema foi a pior. Acho que deviam olhar mais pelos usuários de drogas que estão cumprindo pena no sistema prisional do Estado”.

Apesar das dificuldades das unidades prisionais por onde passou, Rodrigo teve a chance de trabalhar em todas. Conheceu a igreja e chegou a passar seis meses sem usar drogas, mas teve o benefício da progressão de regime para o semi-aberto e o vício voltou mais forte e devastador. “Voltei a ver a vida fora da prisão, a conviver com as mesmas pessoas e voltei às drogas, às dívidas e à humilhação. Voltei novamente as margens da sociedade”, contou. Mas também foi

nesse período que pôde trabalhar com o promotor de Justiça Marcellus de Albuquerque Ugiette, que se tornou um conselheiro e amigo. “Não pude continuar a trabalhar com ele porque, devido ao uso de drogas, não respeitei as regras, não tive nenhuma responsabilidade e nem valorizei a chance que estava sendo dada por uma pessoa que nem me conhecia direito e apostou em mim, me arrependo muito. Mas o promotor Marcellus Ugiette se tornou um grande amigo, sempre recorro a ele quando preciso de conselhos, opiniões e também para dividir as minhas conquistas”, destacou.

Após sair da prisão, mas ainda dependente do uso de drogas, Rodrigo voltou ao consumo. “Saía de casa e voltava sob o efeito de álcool e drogas. Numa dessas saídas, quando voltei, encontrei os funcionários de uma empresa contratados pela minha família com indicação da clínica na porta da minha casa. Eu sabia que não podia resistir, já desconfiava do que se tratava. Pedi apenas para tomar um banho e fui com eles. Na hora fiquei com uma série de sentimentos ruins dentro de mim, pensando que poderia parar na hora que quisesse e que tinha o controle e não precisava da internação. Um engano total. Já na clínica fingi que estava tudo bem, coloquei uma máscara, e fui ganhando a confiança das pessoas que trabalhavam lá. Então, quando encontrei a oportunidade, tentei fugir”, lembrou. Mas os funcionários conseguiram resgatá-lo.

“Minha vontade não era de sair da clínica e sim de usar drogas pois me encontrava em abstinência. Passei um mês sob efeito de medicamentos, mas foi aí, quando tive um despertar espiritual e aprendi que a dor é inevitável mas o sofrimento é opcional e vi que não precisava das drogas para viver. Poderia ser uma pessoa feliz e normal sem drogas. Tive o real desejo de parar de usar e refleti sobre minha vida. Perdi de ver os dois primeiros aniversários das minhas filhas. Minha esposa nunca me abandonou, assim como meus pais. Nos momentos mais difíceis de minha vida, quando todos viraram as costas para mim, eles estavam ao meu lado. E o que eu fiz com eles? Esse caminho que eu tinha escolhido só podia me levar a três lugares: cadeia, instituição psiquiátrica e à morte. Já tinha passado por duas. Só faltava morrer”, enfatizou.

O tratamento apresentou um caminho para a esperança de se ver livre das drogas. Ensinou os 12 passos para se manter longe da dependência e de se conhecer melhor. Mas a persistência e as reuniões de Narcóticos Anônimos são fundamentais na busca para um caminho certo de recuperação. Já se passaram mais de um ano e três meses sem que ele use qualquer tipo de substância química e Rodrigo diz, com um sorriso estampado no rosto, que não tem mais medo da recaída.

“Hoje, consigo identificar comportamentos daquele velho

Rodrigo e rapidamente coloco em prática tudo que venho aprendendo nessa minha nova maneira de viver. Procuo, no meu dia a dia ser uma pessoa saudável e normal. Pratico esportes, me alimento bem, acordo e durmo cedo e não gosto mais de sair e virar a noite, mas vivo um dia de cada vez, sem criar expectativas, fazendo o simples, colocando metas e objetivos a serem alcançados, mas, claro, tudo dentro da realidade. Não gosto de dizer que estou curado, pois minha doença é comportamental e vai me acompanhar pelo resto da vida. Tenho que estar sempre fazendo a manutenção da minha recuperação. Acho que se acreditar que minha doença tem cura posso relaxar e isso sim pode me levar a uma recaída. Mas hoje estou com uma base sólida, que é Jesus Cristo, e não tenho mais medo de voltar a ser quem eu era”, afirmou.

Por fim, Rodrigo disse que esperava poder ajudar outras pessoas que tenham problemas com álcool e drogas com o relato de sua experiência de vida. “Não quero ser nenhum exemplo a ser seguido. Mas, se está dando certo para mim, poderá funcionar para outras pessoas que tenham este problema. Se a minha história puder inspirar outras pessoas e salvar só uma vida, mostrando que ainda existe esperança, para mim, essa entrevista já valeu muito a pena”, concluiu. ■

**MAGISTRADO**

O juiz Clícério Bezerra, da 1ª Vara da Família e Registro Civil da Capital

1ª Vara da Família do Recife *determina internação compulsória de dependente químico*

por Bruno BRITO

Uma mãe conseguiu na Justiça a possibilidade de internar, de forma obrigatória, o filho viciado em crack para tratamento e reabilitação. A decisão inédita foi proferida em caráter liminar pelo juiz Clícério Bezerra e Silva da 1ª Vara da Família e Registro Civil da Capital no dia 12 de junho de 2013.

O magistrado fixou o prazo de 120 dias de internação. Por ser paciente psicótico desde a adolescência, o dependente químico de 30 anos foi internado no Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, na Av. Rosa e Silva, na Tamarineira.

No pedido encaminhado à Justiça, a mãe relatou o histórico do filho, de 30 anos, marcado por tentativas de suicídio, psicopatia desde a adolescência, uso diário de crack há quatro anos e furtos no ambiente familiar para financiar o vício. O dependente também já passou por tentativas de tratamentos no Centro de Apoio Psicossocial e no Centro de Acolhimento e Apoio aos Usuários de Drogas do Recife. Laudos médicos e de assistentes sociais comprovaram todas as ocorrências.

“Pelo histórico relatado e em face das provas acostadas aos autos,

verifica-se que o interditando encontra-se em situação de risco em razão de sua vulnerabilidade decorrente do consumo de substâncias psicoativas, quadro este associado a doenças psiquiátricas. O interditando vem colocando em risco não apenas a sua integridade física, mas também a de sua família, em especial de sua genitora, tendo em vista a notícia do envolvimento do interditando com a prática de delitos”, escreveu o juiz Clícério Bezerra. O magistrado também citou jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), autorizando a internação compulsória em um caso semelhante.

Antes da decisão judicial, o Ministério Público de Pernambuco emitiu parecer favorável à autora da ação. De acordo com a Promotoria de Justiça, o dependente também deveria ser internado compulsoriamente.

Para que a decisão liminar pudesse ser cumprida com segurança por um oficial de justiça, o juiz Clícério Bezerra autorizou o reforço policial caso fosse necessário. A internação ocorreu de forma tranquila no dia 19 de junho de 2013. Porém, o paciente ficou apenas 30 dias no hospital. O psiquiatra

responsável pelo acompanhamento deu alta para o dependente químico no dia 18 de julho de 2013, alegando que o paciente não estava em crise e que o hospital não era o local adequado para o tratamento compulsório.

Para o juiz Clícério Bezerra, o Estado de Pernambuco deveria planejar a construção de um centro de internamento compulsório para dependentes químicos. “Neste caso específico, a internação desse rapaz no Hospital Ulysses Guimarães justificou-se devido ao histórico de tratamento psiquiátrico, mas certamente não é o local mais adequado para tratamento de dependência química. Precisamos de um centro em que a saída deste local não possa ocorrer de forma espontânea. O paciente apenas seria liberado se estivesse reabilitado. Estamos tratando de uma epidemia. A dependência química é uma doença crônica e é preciso que o sistema público de saúde tenha uma estrutura adequada para o tratamento compulsório”. O magistrado também comentou a repercussão da notícia nos meios de comunicação do Estado. “Muitas mães leram a notícia e vieram até a Vara falar dos seus casos”.

No mérito da ação judicial que ainda está em fase de instrução, a mãe tenta se tornar a curadora do seu filho. Ela alega que, devido ao vício em substância tóxicas, o filho não está apto a praticar atos civis sem acompanhamento e seria ele relativamente incapaz de certos atos civis nos termos do artigo 4º do Código Civil Brasileiro. ■

Mulher é pisoteada

no metrô do Recife e ganha na Justiça o direito de ser indenizada por danos morais e materiais



CELERIDADE

Marieta Leocádio: "Minha expectativa era de que o processo durasse muito tempo. Eu fiquei impressionada com a rapidez que o juiz proferiu a sentença"

Foto: Bruno Prado

Marieta Leocádio voltava do trabalho quando foi empurrada e pisoteada no metrô superlotado

por Vanessa OLIVEIRA

Tudo foi muito rápido. Em poucos segundos, Marieta Leocádio estava deitada no chão e era pisoteada por outras pessoas. O acidente aconteceu na Estação Central do Recife, na noite do dia 5 de fevereiro de 2013, enquanto ela tentava entrar no metrô. A mulher, de 42 anos, que tinha uma vida normal até aquele momento, teve os músculos do braço esquerdo esmagados por outros passageiros e corre o risco de não recuperar os movimentos. Por causa do acidente, Marieta acionou a Justiça contra a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e sua primeira vitória aconteceu no dia 25 de setembro. O juiz Isaias Andrade Lins Neto que, no momento acumulava a 32ª Vara Cível da Capital, condenou a CBTU a indenizar a passageira por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, e por danos materiais a serem apurados em liquidação de sentença. A decisão é inédita em Pernambuco.

O valor da indenização por danos materiais ainda será definido de acordo com as provas a serem produzidas posteriormente. A autora terá que apresentar documentos informando as despesas com tratamentos. Na decisão também estão incluídos os lucros cessantes, diferença entre o salário que recebia na época do acidente e o valor do benefício pago pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) até o fim da recuperação. A CBTU ainda foi condenada a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios de 15% sobre o valor total da condenação.

A mãe de três filhos e atendente de farmácia seguia a mesma rotina todos os dias. Acordava às 4h30 da manhã, arrumava a casa e só então seguia para o trabalho, localizado na Avenida Dantas Barreto. O percurso total durava cerca de duas horas. Primeiro, Marieta pegava um ônibus e depois o

metrô. Naquele dia 5 de fevereiro, tudo aconteceu normalmente. Na hora de voltar para casa o mesmo caminho, mas ao chegar à estação do metrô sentiu algo diferente. “Quando cheguei à estação notei que tinha muita gente, mais do que o normal. Eu até questioneei se estava tendo atraso, mas me disseram que não. Nesse momento eu senti algo estranho. Que alguma coisa iria acontecer comigo. Eu tive a sensação de que iria me machucar”, explicou.

Marieta estava certa. Ao tentar embarcar em um vagão, sentiu uma mão nas costas empurrando-a, caiu e foi pisoteada. “Quando eu coloquei o pé para entrar, senti o empurrão e cai por cima do meu braço. Nesse momento, percebi que alguém estava pisando em mim. A dor foi tão forte que eu fiquei desorientada”, lembrou. Ao levantar, auxiliada por duas pessoas, a atendente ainda continuou no vagão. “Depois de levantar eu ainda fiquei em pé dentro do metrô, porque não tinha mais lugar para sentar. Em pé, eu comecei a me sentir mal, tive ânsia de vômito e decidi sair dali”.

Após o acidente, a vítima sofreu mais uma vez com a falta de estrutura do Metrorec. “Ninguém me socorreu. A equipe do Metrorec até queria me levar para o hospital, mas numa Kombi. No local, não tinha nenhuma ambulância. Eles não têm uma maca ou um socorrista”. Ela, então, decidiu ligar para o marido, que é sargento dos Bombeiros. “Depois que liguei para meu marido o socorro chegou rápido, pois ele mesmo acionou o regaste. Meu esposo também ficou com muito medo já que achava que eu tinha fraturado a clavícula e não havia ninguém preparado para me atender. A dor era tão forte que o movimento da viatura de regaste me fazia gritar”, contou.

Em sua defesa, a CBTU alegou que o acidente foi por fato exclusivo de terceiro, o que seria uma excludente de responsabilidade, tendo em vista que outros passageiros causaram dano à vítima. Sobre esse argumento, o juiz que proferiu a sentença declarou: “O argumento do fato causado por terceiro ou de força maior deve ser utilizado com cautela. Ele é excludente de responsabilidade, mas em determinadas situações. Quando a empresa que fornece o serviço pode prever a situação, o argumento não pode ser utilizado. Será que não é previsível que no horário do rush, poderia acontecer um tumulto na entrada de um vagão? Se essas situações podem acontecer, o prestador de serviço tem que estar preparado para fornecer a segurança adequada ao usuário do sistema, que paga por isso”, afirmou.

O magistrado também ressaltou que essa decisão é importante, pois promove uma reflexão sobre a qualidade do transporte público no Estado. “Nós sofremos com um problema sério, que é a ineficiente mobilidade urbana. Há dez anos, não enfrentávamos o trânsito com a mesma intensidade de hoje. A grande questão é: Como nós podemos melhorar? Essa situação só poderá ser resolvida com um transporte de massa adequado, seguro, eficiente e com grande abrangência”.

Ele ainda explicou que a nova classe média, usuária desse tipo de transporte, está mais consciente de seus direitos. “Apesar de pagar altos impostos, essa nova classe está percebendo que não recebe nada em troca. Por isso, há uma cobrança por serviços melhores. Esse será um desafio para os próximos governos – a melhoria dos serviços públicos”.

DEBATE *O juiz Isaias Andrade destaca que a decisão é importante, pois promove uma reflexão sobre o transporte público no Estado*

Nove meses após o acidente, Marieta ainda sofre com o ferimento no ombro. A cirurgia de reposicionamento de músculo aconteceu no dia 2 de outubro do ano passado, o que somou oito meses de espera, no Centro Hospitalar da Polícia Militar de Pernambuco. A demora na realização do procedimento pode ter agravado ainda mais a situação da vítima. De início, o profissional responsável por atendê-la achou que sessões de fisioterapia resolveriam o caso. A cirurgia era necessária, contudo chegou a ser adiada três vezes, por falta de anestesista. Quando cancelaram a cirurgia pela terceira vez, Marieta decidiu procurar o diretor do hospital. “Na última vez que cancelaram, eu chorei muito e tomei a atitude de falar com o diretor. Eu me senti muito humilhada mais uma vez. Agora por causa de uma cirurgia que não acontecia”.

Para a atendente, se tivesse sido submetida à cirurgia nos primeiros meses após o acidente, hoje já estaria trabalhando. Toda essa situação também afetou a filha caçula de Marieta, Júlia, de seis anos. “No dia da cirurgia, a minha caçula ficou muito assustada. Na escola, perguntou à professora se eu voltaria pra casa. Ela teve assistência psicológica durante todo horário escolar”, contou. Ela ainda tem mais dois filhos, Joseph, de 20 anos, que estuda na Academia das Forças Aéreas, e Juliana, de 14.

E foi pouco antes de entrar na sala de cirurgia que a autora da ação ficou sabendo da sentença e a considerou justa. “O juiz percebeu tudo o que eu tinha passado e que a culpa não foi de terceiros, como a CBTU alegou. Eu achei a decisão muito justa”.

Essa foi a primeira vez que Marieta acionou a Justiça. Por causa disso, afirma que sua opinião sobre o Judiciário mudou. “Minha expectativa era de que o processo durasse muito tempo. Eu fiquei impressionada com a rapidez que o juiz proferiu a sentença”, relatou.

Ela ainda destaca que a decisão abre precedentes para que outras pessoas que sofreram esse tipo de situação busquem seus direitos. “Muita gente nem tem conhecimento de que pode acionar a Justiça nessa situação. Isso serve como um alerta para essas pessoas”.



Foto: Jair Alves

O juiz Isaias Andrade também concorda que, se confirmada, a decisão abrirá precedentes. Ele ainda ressalta que isso serve de alerta para a própria CBTU, para que a Companhia melhore a prestação de serviço. Em dez anos de Vara Cível, essa é a primeira vez que o magistrado julga um caso nesse sentido. “Não é muito comum acidentes envolvendo esse tipo de transporte, tanto que o caso de Marieta aconteceu por causa da superlotação. O mais preocupante é que isso acontece todos os dias. Quando uma pessoa é jogada no chão ao tentar entrar no metrô é porque a situação já fugiu muito da normalidade”.

O ombro machucado não é única marca do acidente na vida de Marieta. Segundo ela, a partir daquele dia, a sua vida mudou completamente. “Hoje em dia, eu não suporto metrô. Eu já tentei andar novamente, mas a cena de tudo que aconteceu vem a minha cabeça. É uma situação humilhante. Eu fui pisoteada. Eu tinha uma vida organizada e de repente tudo mudou”. ■

Justiça assegura

tratamento médico à criança autista

A seguradora terá que cobrir o tratamento de saúde enquanto durar o processo, independente da sentença final

por Ruan SAMARONE

PROGRESSO

Juliana Dourado revela que com o tratamento adequado o filho já apresenta grande melhora



Foto: Anderson Freitas

“Logo que recebemos o diagnóstico, eu e meu marido sofremos muito. Foi um baque. Eu sentia como se tivesse perdido um filho. Durante um tempo, ficamos em luto pelo filho que já tínhamos idealizado”. Foram estas palavras que a psicóloga Juliana Falcão Muniz Dourado utilizou para demonstrar o quão difícil foi para ela e o marido, Marcos Antônio Queiroz Dourado, descobrir que o filho tão esperado era autista. E, como se isso não fosse duro o bastante, a seguradora do plano de saúde do casal, a Sul America, recusou-se a cobrir parcialmente o tratamento médico da criança, que apresenta um custo bem elevado. Por isto, os pais decidiram acionar a Justiça.

Marcos Antônio e Juliana participam de grupos virtuais e presenciais relacionados ao autismo e, depois de terem conhecido histórias de outros pais de autistas que conseguiram ganhar decisões judiciais, eles procuraram a Justiça no ano passado. A sentença do processo foi assinada no dia 5 de agosto de 2013, pelo juiz da 2ª Vara

Cível do Recife, Rogério Lins e Silva. As limitações no valor de cobertura e de reembolso do tratamento de saúde, impostas nas cláusulas do contrato firmado entre a seguradora e os pais da criança, foram consideradas nulas pelo magistrado.

A Sul América recorreu da decisão, mas está obrigada a custear o tratamento da criança enquanto durar o processo, independente da sentença final. O juiz Rogério Lins e Silva relatou que este foi o primeiro caso de autismo julgado por ele. “A decisão foi subsidiada pelo Código de Processo Civil, pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor, além de eu ter analisado o Texto da Constituição Federal em relação ao Direito à Saúde”, revelou.

A mãe relembra que alguns comportamentos do filho lhe chamavam atenção, mas que, nas consultas regulares e mensais com o pediatra, suas suspeitas não eram consideradas pelo profissional. “Até um ano, não percebi nada de anormal. Depois, comecei a achar que meu filho



Foto: Rodrigo Moreira

não estava mais me olhando e que estava demorando muito para balbuciar palavras. Eu sempre questionava o pediatra sobre isto, mas ele repetia a mesma coisa: você é muito nervosa”.

Juliana relatou que, a partir de um ano e quatro meses, começaram a surgir comportamentos mais fáceis de serem identificados, como: rodar no próprio eixo, flapping (movimento das mãos semelhante ao bater de asas) e birra. Mesmo assim, ela afirma que a família peregrinou por unidades de saúde, marcando consultas com diversos profissionais. “Primeiro fomos ao pediatra, que não reconheceu os sinais claros de autismo no meu filho e nos recomendou levá-lo ao otorrino. Procuramos este profissional, mas nenhum problema de audição foi detectado. Então, fomos a uma neuropediatra, que em cinco minutos disse que o meu filho era autista”.

O autismo é um transtorno que afeta a comunicação do indivíduo, a capacidade de ele se socializar e de se comportar. É considerado um

transtorno do desenvolvimento de causas neurobiológicas, definido de acordo com critérios clínicos. O interesse pelo tema vem ganhando atenção considerável devido à suspeita de que o número de pessoas afetadas esteja aumentando, levantando a hipótese de que estaríamos vivendo uma “epidemia de autismo”.

Em recente pesquisa divulgada pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, Centers for Disease Control and Prevention (CDC) em inglês, há uma pessoa com autismo para cada 50 (com idade entre seis e 17 anos). Apesar deste levantamento, os números oficiais ainda são os referentes à pesquisa realizada em 2012, que revelou haver uma criança autista para cada 88 (com oito anos de idade). Este mesmo levantamento mostrou que a incidência do autismo é quatro vezes maior nos meninos do que nas meninas. No Brasil, há estimativas de que existam dois milhões de autistas, cerca de 1% da população.

Juliana relatou que a agenda do filho dela, atualmente com quatro anos, é bem corrida. “Ele faz fono, terapia ocupacional, psicologia comportamental e aulas de música. Este é um dos momentos em que ele fica mais feliz, quando se encontra com o maestro, o professor de música”, revelou a mãe. Ela também falou sobre a lei defensora dos direitos dos autistas que, apesar de ser bastante abrangente, ainda precisa ser regulamentada. “Seria ótimo que não precisássemos de leis para garantir o direito aos nossos filhos, autistas, de irem à escola”, disse a psicóloga.

A Lei Nº 12.764, mais conhecida como Lei Berenice Piana, foi sancionada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, no dia 27 de novembro de 2012. Esta Lei defende os direitos das pessoas autistas, dentre os quais estão: o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional e medicamentos,

PRIMEIRA AÇÃO

A sentença do processo foi assinada pelo juiz da 2ª Vara Cível do Recife, Rogério Lins e Silva. Foi o primeiro caso de autismo julgado pelo magistrado

além do acesso à educação e ao ensino profissionalizante, ao mercado de trabalho, e à moradia, inclusive à residência protegida. Regulamentar uma lei significa fixar as regras contidas nela, tornando-a obrigatória, e uma lei só é colocada em prática a partir da aprovação da presidenta da República.

Muitos pais de autistas estão enviando para os e-mails da Presidência da República e da Casa Civil a carta escrita pela própria Berenice Piana, para conseguirem a aprovação do decreto de regulamentação. Nesta carta, a mulher que deu nome à Lei pede à presidenta da República que toda a luta dos pais de pessoas com autismo não tenha sido em vão. Ela também afirma que a movimentação para conseguir regulamentar a Lei Berenice Piana vai continuar.

Juliana Dourado, que está se especializando em Neuropsicologia, revelou que o filho compreende o que as pessoas dizem, mas ainda tem dificuldade de se expressar. “Deve ser muito difícil querer falar alguma

coisa e não conseguir”, disse a mãe, remetendo-se ao filho. Ela disse que sempre incentiva todos os que estão à volta do menino a se colocar no lugar dele para compreenderem sua realidade.

No século passado, a psicanálise culpou os pais pelo autismo dos filhos. A teoria do psicanalista Bruno Bettelheim, chamada popularmente de “Mãe Geladeira”, divulgou a ideia de que o autismo era causado pela indiferença (frieza) da mãe em relação à criança. Esta hipótese logo se mostrou improcedente e a tendência atual é admitir que existam diversas causas para o transtorno, como fatores biológicos e genéticos. Juliana acredita que, infelizmente, ainda há vestígios da influência desta perigosa corrente no imaginário dos profissionais e do senso comum de uma forma geral. “As pessoas se esquecem que ter um filho autista é algo que pode acontecer com qualquer pessoa. Eu não agi de uma forma diferente para que o meu filho se “torna-se” autista. Ele simplesmente é assim e eu o amo de qualquer jeito”, ressaltou Juliana.

“O meu filho frequenta uma escola regular e recebe acompanhamento de um profissional, chamado de mediador, durante todo o período em que está na instituição de ensino”, revelou a mãe. Ela acredita que crianças autistas precisam de assistência especializada, pois, como elas têm uma tendência ao isolamento social, podem acabar se afastando dos outros. A psicóloga também relatou que o objetivo da mediação escolar é justamente fazer com que o autista não a necessite mais. “A ideia da mediação é que a criança fique só, mas apenas quando ela puder”.

Para a mãe, o despreparo e a falta de capacitação dos profissionais é

um dos principais motivos da demora do diagnóstico e, conseqüentemente, do atraso do início das intervenções terapêuticas. Ela ressalta que este ponto precisa ser revisto, pois só assim a perspectiva de pessoas dentro do espectro autista pode ser melhor. “Eu só entendo a melhora de vida de pessoas com autismo se tiverem acompanhamento de profissionais capacitados e especializados em autismo”, destacou.

Juliana Dourado é um exemplo de mãe que faz de tudo para conseguir melhorar o mundo do seu filho e garante que receber acompanhamento de profissionais preparados é fundamental para o desenvolvimento de crianças autistas. “Antes do diagnóstico de autismo, eu me achava uma péssima mãe porque não sabia como agir quando meu filho começava a fazer birra, por exemplo, coisa que toda criança faz. Hoje, a equipe multidisciplinar me ajuda a definir objetivos, estipular regras, rever programas que facilitam o dia a dia. Com o tratamento adequado, ele já apresenta grande melhora”.

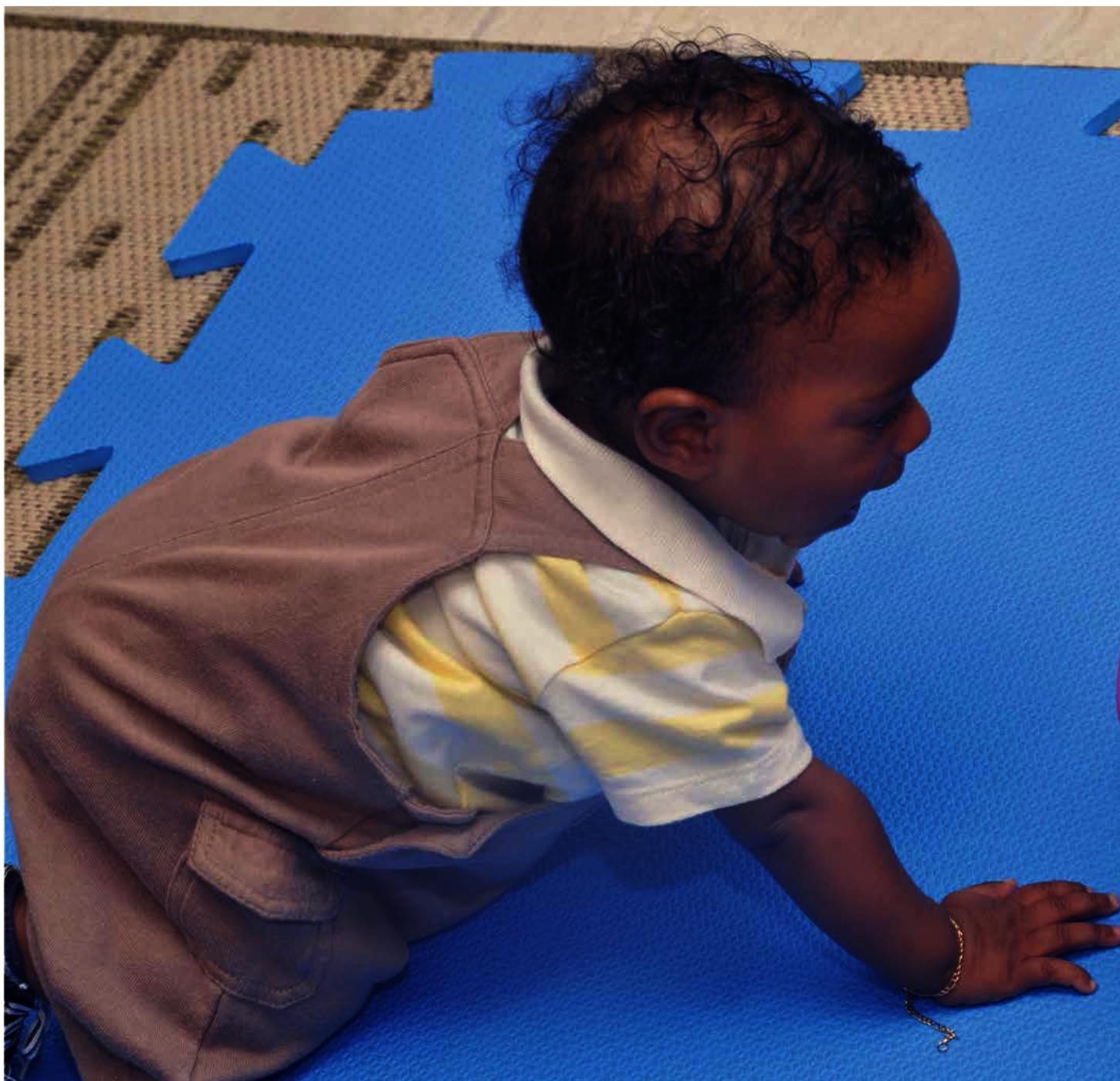
Agora, a torcida da psicóloga é a de que outros pais de pessoas com autismo possam superar a vergonha e o medo de revelar que seus filhos têm uma deficiência. “Muitos pais ainda não têm coragem de expor que têm filhos autistas. Por isso, talvez, mais importante do que regulamentar uma lei ou receber tratamento médico adequado, o carinho e o amor da família sejam o maior remédio à deficiência da criança. E, talvez, seja este o ponto inicial para mudanças que melhorem gradualmente a vida de pessoas autista. A grande questão, agora, é saber se a população está preparada e disposta a mudar”. ■

Adoção:

*compromisso do Tribunal
de Justiça de Pernambuco*

*O trabalho do
Poder Judiciário
pernambucano no
tocante à adoção,
que vem garantido a
convivência familiar
e comunitária à
criança como o
pequeno Pedro*

por Dyanne MELO



O choro de bebê no primeiro andar da casa indicava que o pequeno Pedro, de oito meses de vida, havia despertado do sono enquanto seus pais conversavam com as visitas na sala. A mãe, Eliane, que tinha ido aninhar o filho, desceu com ele nos braços pouco tempo depois para a entrevista concedida sobre o processo de adoção realizado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). “Pai te ama”, disse Roberval para o bebê que parecia um pouco assustado com as visitas desconhecidas. As palavras de carinho e a emoção expressada ao falar do filho mostraram um pouco do amor daqueles pais pelo menino. Pedro foi adotado quando tinha 4 meses de vida.



Foto: Assis Lima

Eliane Almeida da Silva, de 35 anos de idade, e Roberval Bento da Silva, de 38, casados há 15 anos, não podiam ter filhos biológicos. Eles contam que fizeram, por um tempo, tratamento médico, inclusive cirúrgico, mas não obtiveram êxito. Adotar então foi a escolha. Roberval procurou o Poder Judiciário pernambucano, em 2010, para iniciar o processo de habilitação para a adoção. Passaram por todas as etapas do processo, foram incluídos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e ficaram aguardando o tão esperado momento de se tornarem pais.

Em julho de 2013, eles receberam uma ligação da unidade judiciária, por meio da qual foram informados sobre o bebê que estava disponível para adoção. Eliane fala que a emoção de receber a ligação foi tanta que ela ficou “paralisada”, sem conseguir nem falar direito e que Roberval “quase caiu”. No outro dia, quando lá chegaram, foram questionados se queriam conhecer a criança. Foram, então, junto com a equipe da Vara, ao local onde a criança estava acolhida.

Tal como num parto, Pedro chegou à vida de Eliane e Roberval arrancando lágrimas dos pais. No lugar do hospital, o Lar do Neném. No lugar da sala de parto, um corredor. No lugar do primeiro choro de bebê, um sorriso. Eliane conta que Pedro começou a rir assim que os viu no corredor da instituição. “Parecia que conhecia a gente”, falou. Aos novos pais coube o papel de chorar, e muito. Para Roberval, foi “amor à primeira vista, uma paternidade do mesmo jeito”. Era como se o pequeno Pedro tivesse nascido, e de certa forma nasceu, naquele dia 9 de julho de 2013.

Eles contam que perguntaram se poderiam levar o menino para casa. À resposta positiva se seguiu uma grata surpresa, já que não imaginavam que fosse realmente possível. No mesmo dia, toda a documentação foi providenciada e, após a expedição da guarda da criança, eles puderam levá-lo para casa. Roberval revela que no dia seguinte foi ao centro da cidade comprar o enxoval. Mais do que os bens materiais, Roberval declara: “O que nós podemos dar a ele nós estamos dando, principalmente amor. Eu falo todo dia ‘papai te ama’. O que eu tenho para dar a ele é só amor”.

Eliane diz que o pequeno Pedro é o xodó da família, sendo paparicado por todos. O pai comemora a obtenção do registro de adoção da criança, após o estágio de convivência. “Eu pensava que não ia ser pai. Foi um presente que Deus me deu”, afirma. Roberval ainda brinca falando que todos acham o filho até parecido com ele.

A história de Pedro é um dos exemplos de adoção realizados pela 2ª da Vara da Infância e Juventude da Capital. Mais do que ato de generosidade, adotar é fazer-se família com o ser que é incluído no núcleo familiar, a exemplo do pequeno Pedro, que agora se faz família com Roberval e Eliane.



ADOÇÕES NO RECIFE

Dentre os núcleos que integram a 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, dois em especial tratam de assuntos relativos à adoção: o Núcleo de Apoio ao Cadastro Nacional de Adoção (Nacna) e o Núcleo de Estudos da Família (Naef). De acordo com dados da unidade, já foram realizadas 38 adoções nos últimos dois anos pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Quando uma pessoa é incluída no CNA, ela tem a possibilidade de indicar o perfil do adotando que deseja, com características como sexo, idade, entre outros pontos. A psicóloga e coordenadora do Naef, da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife, Edineide Silva, explica que o sistema realiza o cruzamento das informações, visualizando se existe uma família correspondente para aquela criança que está disponível para adoção. “Se tem uma criança sem família, nós vamos procurar quais são as famílias que poderiam acolher essa criança em adoção”, completa. O tempo entre a efetivação do cadastro e a convocação para a adoção demora a depender das preferências sinalizadas pelos adotantes.



Foto: Rafael Bento



SATISFAÇÃO Edineide Silva fala sobre o entusiasmo ao ver os resultados obtidos no TJPE com relação à adoção: *“É um trabalho maravilhoso. Nós lidamos com crianças e elas têm o direito, merecem e precisam de uma família”*

Com relação às demandas dos candidatos, já é possível perceber uma mudança em algumas expectativas. De acordo com os dados obtidos no Recife em 2012, e com relação ao sexo da criança, 30,76% das famílias diziam preferir meninas; 10,9%, meninos; e, 58,24% eram indiferentes (quando não há preferência pelo gênero). Esse percentual de indiferentes aumentou em relação a 2011, quando foi de 49,2%, e em relação a 2010, com 34,2%. “Já não se diz mais com tanta segurança que a maioria quer menina. A maioria quer uma criança de 0 a 2 anos. A gente percebe uma modificação para famílias que querem crianças independente de serem meninos ou meninas”, completou.

No que diz respeito à cor da pele, os números mostram que 40,44% afirmaram, em 2012, que preferiam crianças brancas e pardas; 30,88% eram indiferentes. “São poucas famílias que dizem claramente que não querem crianças negras. Com isso, é possível deduzir, por exemplo, que nenhuma criança, porque é negra, deixa de ser adotada”, afirmou. Para Edineide Silva, as mudanças nas preferências das

famílias são reflexos das desmistificações relacionadas à adoção.

Ainda de acordo com a psicóloga, existem alguns limites a serem superados com relação às preferências dos adotados. Alguns desses limites dizem respeito à adoção de crianças com problemas de saúde mais severos; de crianças maiores de sete anos, bem como adoção de grupos de irmãos. Estes últimos são colocados sob adoção da mesma família substituta, salvo algumas exceções, para evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

Para o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife, Élio Braz, o trabalho desempenhado pela unidade é positivo, servindo o sucesso de referencial para os juizes de Pernambuco e de outros estados do País. Titular da unidade desde 2005, o magistrado destaca o cumprimento pela equipe dos prazos previstos em lei. “Estamos cumprindo o prazo de 120 dias para a destituição do poder familiar, para encaminhar essas crianças para adoção; nós estamos com o Programa Mãe Legal, que trabalha com a recepção das mulheres (que manifestam o desejo de entregar seus

filhos) e o encaminhamento de suas crianças para adoção no prazo de 60 dias; estamos cumprindo o prazo de crianças que não podem passar mais de dois anos no abrigo sem a definição da sua situação. Nós trabalhávamos com mais de 600 crianças acolhidas no Recife, hoje estamos trabalhando com menos de 200 crianças”, comemora o magistrado.

Para alcançar tais resultados, o juiz Élio Braz destaca ainda o trabalho dos profissionais da unidade judiciária. “São profissionais muito habilitados e capacitados. Eu tenho observado o desenvolvimento deles e o compromisso de cada um de cumprir o Estatuto para garantir à criança e ao adolescente a convivência familiar e comunitária, quer seja na família biológica ou na família substituta, quer seja através da guarda ou da adoção”, afirma. Já a psicóloga Edineide Silva fala sobre a satisfação de ver os resultados obtidos com relação à adoção. “É um trabalho maravilhoso. Nós lidamos com crianças e elas têm o direito, merecem e precisam de uma família, precisam de alguém que cuide e que dê carinho, e poder trabalhar com isso é fantástico”, declara.



PASSO A PASSO

Quando uma pessoa manifesta interesse em adotar deve, primeiro, se dirigir ao Juízo da comarca onde reside. No caso do Recife, as inscrições para habilitação à adoção são feitas na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital. Nas demais comarcas, os interessados devem procurar o fórum local, na vara responsável pelos processos de adoção. Na unidade, ela receberá as informações sobre o assunto, bem como sobre a documentação necessária. Uma vez providenciados os documentos, será dada entrada no pedido de habilitação, momento em que também serão marcadas as datas para a realização do estudo psicossocial.

Durante o estudo psicossocial, a equipe interprofissional do Núcleo vai realizar entrevistas e visitas domiciliares aos interessados. O objetivo do estudo é identificar a motivação e o ambiente familiar dos candidatos, de modo que os adotados sejam protegidos e tenham resguardadas as situações indispensáveis ao saudável desenvolvimento. Após essa etapa, o processo de adoção recebe um parecer do Ministério Público e segue para o juiz dar a sentença de habilitação, deferindo ou não o pedido. Se a sentença

for favorável ao pleito, a equipe técnica fará a inscrição do pretendente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Depois que o pretendente é incluído no CNA, ele deve aguardar até que seja convocado pela unidade judiciária, o que ocorrerá assim que uma criança se encontrar disponível para adoção e de acordo com as características indicadas no pedido. Durante o comparecimento à vara, os pretendentes são convidados a conhecer o possível adotado na instituição onde se encontra abrigado. Caso a família demonstre interesse em adotá-lo, ela irá formalizar o pedido de adoção propriamente dito.

Nem todas as crianças/adolescentes que se encontram nas instituições de acolhimento estão disponíveis, uma vez que lá podem estar acolhidos meninos e meninas cujos pais ou responsáveis ainda se encontram em processo de destituição do poder familiar. Desse modo, são crianças/adolescentes que estão ali provisoriamente, esperando que seja resolvido seu destino, seja ele o retorno aos genitores, a acolhida por parentes próximos ou, em não sendo possível, o retorno à família de origem, a adoção. As crianças consideradas disponíveis para a adoção são



Foto: Assis Lima

VITÓRIA *Eliane e Roberval, com o filho Pedro, celebram a obtenção do registro da criança, após o estágio de convivência*

aquelas para as quais já existe, de forma definitiva, a sentença da perda do poder familiar, não sendo possível o retorno da criança para a família que estava em processo. São estes os meninos e meninas que são incluídos no CNA.

Nesse sentido, as visitas às crianças acolhidas institucionalmente não são permitidas para que os adotantes não escolham as crianças ou adolescentes que pretendem adotar. Quem não tem interesse em adotar, mas quer contribuir para o desenvolvimento de uma criança, pode participar do programa Estrela Guia, onde é possível apadrinhar afetivamente e/ou financeiramente uma criança/adolescente, com visitas às instituições onde estão abrigadas. Os apadrinhamentos são feitos às crianças que estão no CNA, mas que não têm famílias interessadas em adotá-las em função do perfil (idade acima de 7 anos ou com problema de saúde severo, por exemplo).

Depois que a família visita a criança e decide adotá-la, é efetivada a liberação judicial e concedida a guarda provisória para que seja iniciado o estágio de convivência, onde a criança/adolescente passa a conviver no contexto familiar e comunitário da família. Durante esse tempo, a

equipe interprofissional acompanha, por meio de visitas domiciliares, e avalia a adaptação à nova composição familiar. A família é ouvida durante esse período, bem como as crianças, sempre que possível. “O nosso maior interesse é que a criança fique bem, seja acolhida, e não seja colocada em situação de risco”, completa. Com a sentença definitiva de adoção dada pelo juiz, haverá o cancelamento do registro original da criança, e a lavratura de um novo documento, onde constam os nomes dos adotantes como genitores.

A adoção é um ato irrevogável e com aquisição de vínculo jurídico próprio de filiação, sendo necessário, portanto, a existência de dispositivos que garantam a efetividade da medida. A intenção da adoção não é só garantir o interesse dos pretendentes, mas atender ao direito da criança e do adolescente à convivência familiar sadia. A coordenadora Edineide Silva comemora o sucesso de adoções marcantes, a exemplo da família que adotou uma criança com HIV; ou do homem que adotou uma criança cadeirante com problemas neurológicos severos. Ela lembra também da família do interior do Estado de Pernambuco que adotou um grupo de irmãos, a despeito de serem humildes financeiramente, sendo um exemplo para desmistificar a ideia de que só quem adota é quem tem condição financeira privilegiada.

Para Edineide, “quem quer adotar é quem tem amor para dar, quem tem um coração aberto, quem quer se vincular a uma criança e reconhecê-la como filha, oferecendo oportunidades para que ela se desenvolva e seja reconhecida nas suas singularidades”. Foi dessa forma, com esse desejo de construir um vínculo filial, que Roberval e Eliane adotaram o pequeno Pedro. “O máximo que nós podemos dar a um ser vivo é amor, e eu quero dar isso a ele até morrer. Que Deus me ajude a criar ele, para que ele seja sempre do bem”, falou Roberval, que disse pretender “buscar uma irmãzinha para Pedro daqui a alguns anos”.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) é um banco de dados único que reúne tanto os pretendentes à adoção quanto crianças e adolescentes em condições de serem adotados. Lançado em abril de 2008, pelo Conselho Nacional de Justiça, a ferramenta tem como intuito o auxílio aos juízes na condução dos processos de adoção, bem como permitir a unificação das informações. Para a psicóloga Edineide Silva, a possibilidade de concentrar as informações em um cadastro único se constitui como um dos principais benefícios do sistema. Ela explica que antes do CNA as informações ficavam restritas às varas e comarcas onde as

pessoas interessadas se encontravam inscritas, de forma que as possibilidades de adoção eram esgotadas dentro daquele próprio cadastro. A partir da vigência do sistema, as possibilidades foram expandidas.

O cadastro foi regulamentado pela Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, legislação que promoveu alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). De acordo com o referido instrumento jurídico, o cadastramento dos candidatos à adoção se faz obrigatório, existindo, contudo, a possibilidade de dispensa em alguns casos especiais, e apenas para domiciliados no Brasil.

MODELO *O juiz Élio Braz destaca o profissionalismo do trabalho desenvolvido pela 2ª Vara da Infância e Juventude, que é hoje uma referência no País em relação à adoção*



Há a dispensa ao CNA, por exemplo quando se tratar de adoção unilateral (um dos cônjuges ou companheiro decide adotar o filho do outro, sem rompimento dos vínculos de filiação com esse último); quando o pedido for formulado por parente próximo, à exceção de avós e irmãos do adotando; quando o pedido for oriundo de alguém que detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 anos ou adolescente (por lapso de tempo que permita avaliar a existência de vínculos de afinidade e afetiva); ou ainda vontade expressa dos pais biológicos.

A dispensa ao CNA não pode ser confundida com liberação ou permissão

para adoção direta. Quando uma pessoa recebe uma criança, ela não pode adotar diretamente. É preciso recorrer às determinações legais, por meio do Juizado da Infância e Juventude. Caso isso ocorra, é preciso regularizar a situação, com entrada no pedido de adoção.

Para o juiz Élio Braz, a Lei 12.010/2009 trouxe três principais mudanças ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A primeira delas é a determinação do prazo de dois anos para que o Poder Judiciário defina a situação da criança, para que ela não passe muito tempo acolhida institucionalmente. “Se a criança precisa ter sua situação definida, isso significa que nós teremos mais crianças disponíveis para a adoção. Nós teremos crianças mais novas para colocar em família substituta, de modo que teremos mais crianças adotadas no Brasil”, afirma.

Uma segunda mudança significativa, na opinião do magistrado, é o princípio da intervenção mínima e o princípio da brevidade, pelos quais o Judiciário deve respeitar a vida íntima das famílias e o planejamento familiar delas. Nesse sentido, é preciso primeiro incentivar a reconstrução familiar para que a criança seja mantida na família

biológica. “Na medida em que nós fazemos a intervenção mínima, nós garantimos que essa criança fique dentro da sua família biológica. Se não é o pai e a mãe, é junto aos avós, irmão, tio, ou seja na família extensa, para que não haja intervenção máxima de retirar a criança da sua família biológica. Com isso, estamos estimulando a adoção intrafamiliar”, explica.

A terceira alteração marcante diz respeito ao princípio de atenção à mulher grávida, que deve ser acolhida e respeitada pelo Poder Judiciário caso pretenda entregar seu filho à adoção. “Esse bebê da mãe que não quer criar e que deseja entregar é o que chega para a adoção. A mãe é ouvida quando está grávida, depois que o bebê nasce em menos de quatro meses já está nas mãos de uma família”, afirma. Segundo o magistrado, a mulher que deseja entregar seu filho em adoção deve ser acolhida pelo Poder Judiciário com respeito ao seu direito de não ser mãe. “Não deve haver qualquer postura de preconceito e recriminação sobre a sua decisão. Pelo contrário, o juiz e todo o sistema de Justiça deve acolher e fortalecer esta mulher para que ela tome a sua decisão livre e informada”, observa. ■



Foto: Assis Lima



Programas sociais *mudam a vida de jovens em Petrolina*

Ações comunitárias promovidas pela Vara da Infância e Juventude reduzem o índice de violência nas escolas e mudam a realidade social de crianças e adolescentes na cidade

por Eduardo GOMES

“**E**u não gosto muito dessa praça. Antigamente, eu andava aqui e tinha amigos que jogavam dominó. Um dia, uma dessas pessoas estava bebendo vinho e fumando um baseado. Ele virou pra mim e perguntou: Você quer? Aceitei. Eu tinha 12 anos de idade”. Assim começou a entrevista com Bruno (nome fictício). Sentamos no banco de madeira, exatamente no meio da praça. À medida que ele contava sua história de vida, os transeuntes deram lugar às lembranças vividas ao longo dos seus 16 anos de idade.

Com as mãos entrelaçadas, como numa oração vigilante, o garoto conta que cresceu com a mente “atribulada” (sic) pela falta de referência paterna e pelas más amizades. Aos cinco anos teve o pai assassinado e a mãe deixou a incumbência de criá-lo para a avó materna. Aos 12 anos, experimentou seu primeiro baseado, conheceu o álcool e chegou a cheirar cocaína.

Bruno fez sua primeira visita informal à Vara da Infância e Juventude de Petrolina quando tinha 13 anos. Ele entrou na sala gelida. Ali estava

vulnerável, a sua coragem vinha do desamparo. O juiz entrou pela porta a sua frente ao mesmo tempo em que Bruno se blindou com seus pesadelos. “A primeira vez que fui conversar com Dr. Marcos Bacelar ele virou pra mim e disse: ‘Não estou aqui como juiz, estou aqui como amigo’. Eu reconheci esse lado. Eu ainda estava com a mente muito atribulada e não gostava muito dele, porque quem tá nessa vida não quer saber de autoridade”, recordou.

A partir desse dia, Bruno começou a ter acompanhamento da unidade



Foto: Assis Lima

judiciária, principalmente do setor psicossocial. A psicóloga e integrante da equipe da Infância e Juventude, Andrea de Góis, acompanhou de perto o caso e relata as dificuldades encontradas para ajudar o adolescente a encontrar a saída dessa situação. “O adolescente passou da condição de vítima para agressor, tendo como principal alvo da agressão ele mesmo, porque mantinha uma postura de alto risco quanto ao comportamento sexual e uso de substâncias psicoativas”, explica a psicóloga.

O relatório psicossocial de Bruno relata uma infância marcada por conflitos familiares que geraram ambivalências afetivas, marcante carência emocional e autoestima baixa. Andrea relata que ocorreram várias intervenções em relação a Bruno na Vara da Infância, desde 2009, a partir de queixas escolares e familiares.

Foram realizados encaminhamentos do menor para acompanhamento psicológico e no Centro de Referência de Assistência Social (Creas). O adolescente foi expulso de várias escolas em razão da postura agressiva e do desrespeito às normas e às pessoas, colegas e profissionais.

Bruno fez mais dois aniversários e suas visitas ao Fórum também se multiplicaram. A escola passou a encaminhar relatórios bimestrais sobre o rendimento escolar de Bruno. Os fiscais voluntários da Vara da Infância começaram a inspecionar a vida do menor nas ruas. O setor psicossocial intensificou os atendimentos e novas audiências vieram reunir garoto e juiz na mesma sala novamente. “Eu conversei com ele (juiz) umas três vezes. Eu digo de todo meu coração, as palavras de Dr. Marcos influenciaram muito na minha mudança. As palavras

de Andrea também. Ele não agiu comigo como juiz, ele conversou comigo. Os conselhos que ele me dava era como se fosse um pai”, relembra.

Hoje, Bruno marca no calendário o seu oitavo mês longe de todas as drogas e das amizades. Retomou os estudos e cursa a 7ª série, frequenta a igreja e recebe elogios dos professores de sua escola. Ele também participa de um curso de Gestão Empresarial e pensa em fazer vestibular para o curso de Administração.

O caso de Bruno é apenas um dos que são acompanhados pela Vara da Infância e Juventude de Petrolina. A unidade judiciária trabalha com projetos sociais desde 2009, sempre voltados para atender alunos, pais e professores, além de fiscalizar os jovens em festas, bares, academias e casas de jogos.

No dia 20 de maio de 2009, foi firmado um termo de compromisso social com a Prefeitura para criar o programa Justiça e Cidadania nos bairros. A principal atividade consistia em ir às escolas da rede pública de ensino e promover um dia de prestação de serviços sociais. As ações eram direcionadas às instituições de ensino escolhidas com maiores índices de indisciplina, evasão e violência escolar. Em cada dia de ação, o juiz, promotor

AÇÃO *O juiz Marcos Barcelar durante apresentação do Programa Justiça e Cidadania numa escola da rede pública de ensino*



Foto: Divulgação

e servidores eram acompanhados pela equipe voluntária, formada por: patrulheiros das escolas, conselheiros de Direito e Tutelar, secretários municipais de Educação e Desenvolvimento Social, defensor público, presidentes dos bairros, fiscais da Infância e Juventude e policiais militares e civis.

Na audiência pública eram realizadas palestras, atendimentos especializados de cada parceiro, encaminhamentos para atendimentos psicossociais e produção de termos de advertências formais. Os casos mais graves eram atendidos de forma individual e formalizados como procedimentos judiciais. Nos 30 dias seguintes eram feitas rondas policiais e fiscalização em bares e estabelecimentos do gênero a fim de coibir a presença de crianças e adolescentes nestes ambientes.

Em fevereiro de 2011, o Escola Legal foi lançado oficialmente em Petrolina como resultado de um convênio firmado entre o Poder Judiciário estadual, o Governo do Estado e o MPPE. Formaram-se Comitês de Mediação de Conflitos nas 22 escolas envolvidas integrados por: um fiscal da Infância e Juventude, diretor da escola, um professor e representantes dos alunos e dos pais.

Ambos os programas foram mesclados para melhorar a prestação jurisdicional nas comunidades visitadas. Até o final de 2011, o Justiça e Cidadania realizou a 21ª incursão

e superou a marca de 22 mil atendimentos. Juntamente com os comitês do Escola Legal, o acompanhamento passou a ser feito dentro das escolas de forma semanal.

O trabalho refletiu na dinâmica processual do cartório. Nos anos de 2012 e 2013 (até outubro), a Vara da Infância e Juventude já havia apurado aproximadamente 500 procedimentos relativos às escolas da Comarca. Por causa da crescente demanda e com base nas experiências anteriores, em março de 2012 foi concebido Resgate: Educação com Justiça e Segurança, um programa feito para atender à demanda de todas as escolas públicas de Petrolina, totalizando 150 instituições (estaduais e municipais).

Uma equipe de voluntários – credenciada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e devidamente supervisionada pela Vara da Infância e Juventude – faz a identificação dos problemas de ordem estrutural, disciplinar, profissional, infracional e criminal das escolas públicas – da zona rural e urbana – do município de Petrolina. Os relatórios (inclusive com fotografias das escolas) produzidos servem de base para a adoção das medidas necessárias para suprir as dificuldades encontradas nas salas de aula.

As ações são de caráter repressivo e preventivo, para atuar contra a vitimização e promover os direitos essenciais das crianças e dos adolescentes. Os problemas identificados, bem como as providências tomadas são registradas em

MUDANÇA

Bruno compartilha hoje nas escolas sua experiência de vida com as drogas e explica como conseguiu sair dessa situação

pastas específicas para cada unidade escolar, as quais são alimentadas pelos servidores da Secretaria.

A escola municipal XXI de Setembro se tornou parceira ainda em 2011 e até hoje tem o acompanhamento judicial. A atual gestora, Ilma Nogueira, relata que antes da parceria, enfrentou problemas graves como furtos, drogas, gravidez na adolescência e prostituição. Agora, como a aproximação entre Educação e Justiça foi estabelecida, a situação conseguiu ser revertida. “Desde a parceria, nós sentimos uma mudança significativa na escola tanto do comportamento dos alunos, quanto da postura dos pais. Antigamente a figura do juiz era muito distante, agora faz parte da escola e com isso os pais ficam muito mais seguros”, explica a gestora.

Ilma conta sobre o caso do aluno Vinícius (nome fictício) que levou diretamente ao juiz. O adolescente de 13 anos estava viciado em crack. “Quando ele entrou na sala, Dr. Marcos virou para ele e perguntou: ‘E ai cara, por que você está aqui?’ Ele achou o máximo conversar com uma autoridade no mesmo vocabulário que ele conhecia”. O caso passou a ser acompanhado juntamente com a família de Vinícius e, segundo a gestora, o menor melhorou progressivamente o seu comportamento.

Em abril de 2013, a Vara da Infância e Juventude ganhou sede própria e reservou um setor exclusivo para acompanhar

as escolas. As visitas tornaram-se descentralizadas para poder atender a demanda, no entanto as audiências públicas concentradas continuam a ser realizadas. Os diretores agora podem solicitar palestras direcionadas sobre temas como atos infracionais, prevenção da violência, perigos do mundo virtual, entre outros, para serem ministradas aos alunos e pais.

Em outubro do ano passado, mais de três mil pessoas – entre alunos, pais e professores – compareceram à 1ª Ação de Prevenção de Violência nas Escolas (Previne) na Concha Acústica, no centro da cidade. O evento faz parte do programa Resgate: Educação com Justiça e Segurança e reuniu representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no combate ao bullying e violência física no ambiente escolar.

O promotor da Infância e Juventude, Fernando Portela, explica que o bullying é uma prática difícil de ser detectada, pois geralmente depende que a vítima se manifeste. Destacou as ações sociais como primordiais para dirimir os problemas da sala de aula. “Nós nunca vamos resolver o problema da violência do nosso país usando a frieza da lei. Precisamos reunir a sociedade, como hoje, e unirmos força para defendermos os valores éticos e morais da família”, ressaltou o promotor.

O juiz idealizador do programa, Marcos Bacelar, revela a necessidade de preservar os direitos das crianças e dos adolescentes, sem esquecer de cobrar os deveres também. O magistrado ressaltou ainda a importância do papel do professor nesse processo. “Os verdadeiros heróis dessa parceria são os professores. São eles que enfrentam o desafio cotidiano de passar cidadania para os alunos”, destacou o juiz.

PARCERIA

O juiz Marcos Barcelar acredita que a união entre Justiça, escola e família poderá mudar o panorama social do ensino público



Foto: Assis Lima

Marcos Bacelar exige uma postura proativa dos pais, com a participação familiar nas atividades escolares. Ele acredita que a união entre Justiça, escola e família poderá mudar o panorama social do ensino público. “Eu estou acendendo uma chama de esperança. Se cada um fizer sua parte, poderemos iluminar o caminho correto e nos tornaremos multiplicadores da palavra da paz”, revelou Bacelar.

É o que tem feito o adolescente Bruno, personagem de abertura desta reportagem. Hoje, ele compartilha nas escolas e igrejas a sua experiência de vida com as drogas e explica como conseguiu sair dessa situação. O garoto conta que é preciso determinação para conseguir afastar as más amigas, e também priorizar os estudos para poder crescer na vida. “Dr. Marcos me dizia nos dias que eu ia conversar

com ele: ‘Estude! Saia dessa vida, sem estudo a gente não vai para frente. Para tudo tem um jeito, depende de sua determinação’. Isso vai alimentando nossa alma e pensamentos e dá força para sair e procurar um caminho melhor”, relembra Bruno.

Após várias intervenções do Conselho Tutelar, do Ministério Público e da Vara da Infância e Juventude, o adolescente assumiu o desafio de lutar para superar as consequências do uso de drogas e da sua imagem negativa na comunidade. A busca por profissionalização, a formação de novos laços na igreja e na vizinhança fazem parte de sua nova realidade.

A psicóloga Andrea ressaltou a importância do trabalho social e acredita que o adolescente é resultado de um trabalho longo e que ele vai chegar à fase adulta como um

multiplicador de experiências. “Bruno é a prova viva de que nunca devemos perder as esperanças, que precisamos acreditar no ser humano. A mudança não ocorre do dia para a noite, de uma hora parva outra, mas a partir do trabalho diário, da persistência. É importante acreditar no jovem, dar oportunidades, apesar de seu comportamento aparente indicar um descaso ou indiferença”, explica.

A Vara da Infância e Juventude de Petrolina institui mais que uma justiça itinerante. A atuação dos programas sociais ajuda o professor na sala de aula, dá opções aos pais e muda os caminhos de jovens como Bruno. O trabalho revela que o compromisso da prestação jurisdicional não se prende exclusivamente à dinâmica cartorial, mas também às pessoas que estão por trás das capas dos processos. ■



Foto: Assis Lima

CONSCIENTIZAÇÃO

O Encontro Regional de Combate à Corrupção realizado em Pesqueira

Meta 18

Pernambuco engajado no combate à corrupção

O desenvolvimento da Meta pelo TJPE resultou no aumento do número de processos de improbidade administrativa julgados no ano passado e na permanência da execução da iniciativa em 2014

por Rebeka MACIEL

O ano de 2013 começou com um marco para o Judiciário brasileiro: a identificação e priorização dos julgamentos dos processos relativos à improbidade administrativa e crimes contra a administração pública que tenham sido ajuizados até 31 de dezembro de 2011. A Meta 18, como ficou conhecida, foi aprovada durante VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em novembro de 2012, na cidade de Aracaju. O objetivo foi dar uma resposta aos clamores da sociedade, mas, acima de tudo, mostrar que a Justiça está engajada no combate à corrupção. A iniciativa repercutiu no aumento do número de processos dessa natureza julgados em 2013. O resultado é a permanência da Meta para o ano de 2014.

Em Pernambuco, o Tribunal de Justiça alcançou a marca de 921 processos julgados no ano de 2013 e 584 ações julgadas em 2012, totalizando 1.505 julgamentos. Em números absolutos, o Judiciário estadual chegou a 6ª posição entre os tribunais estaduais que mais julgaram ações de improbidade administrativa e processos de crimes contra a administração pública em 2013.

ÊXITO *O gestor da Meta 18 em Pernambuco, desembargador Mauro Alencar, ressalta os resultados positivos conquistados no desenvolvimento da ação no Estado*



O resultado é fruto de inúmeras ações empreendidas no sentido de acelerar o julgamento desses processos. Uma das principais iniciativas promovidas foi a realização de sete Encontros Regionais de Combate à Corrupção. No total, 150 juízes e 275 servidores de 150 comarcas de todo o Estado estiveram presentes nas reuniões, que aconteceram em Garanhuns, Petrolina, Caruaru, Salgueiro, Pesqueira e no Recife. Esta última cidade recebeu dois encontros. O objetivo foi esclarecer dúvidas relativas à Meta, discutir as dificuldades encontradas pelos juízes, colher sugestões dos magistrados e servidores para a superação do desafio, apresentar o índice de cumprimento da Meta e monitorar o julgamento das ações de improbidade administrativa e

crimes contra a administração pública.

Dois conselheiros do CNJ, Wellington Saraiva e Gilberto Martins, estiveram presentes nas reuniões para esclarecer a origem, o funcionamento e o objetivo da Meta. Os membros do Conselho Nacional de Justiça também apresentaram inúmeras ferramentas e iniciativas de combate à corrupção, como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e o Sistema de Investigação de Movimentação Bancárias (Simba), que tem a finalidade de acelerar os processos de quebra de sigilo bancário.

O gestor da Meta em Pernambuco, desembargador Mauro Alencar, falou da troca de experiências durante os encontros e avaliou o trabalho positivamente. “Esses encontros

foram muito importantes para que os magistrados e servidores falassem sobre as dificuldades técnicas que enfrentam para julgar esses processos e para que dessem sugestões sobre como lidar com essas ações. Adotamos algumas e conseguimos mostrar o sucesso dessas e de outras iniciativas em números, aumentando a quantidade de processos julgados. Como a Meta foi mantida para este ano, acredito que vamos conseguir julgar todos os processos, pois já existem diversas ações com a instrução sendo concluída”, afirmou Mauro Alencar.

Um dos frutos das sugestões colhidas durante os encontros foi o convênio de cooperação técnica firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Tribunal de



Foto: Assis Lima

Contas do Estado (TCE) com o objetivo de desburocratizar a solicitação de informações e esclarecimentos dos auditores aos magistrados. Para isso, uma relação com os telefones, endereços e áreas de abrangência das Inspetorias Regionais do TCE que podem ser contactadas pelos juízes nas várias regiões do Estado foi disponibilizado na intranet. Os representantes do Tribunal de Contas também começaram a participar dos encontros regionais para dar apoio com informações aos magistrados e servidores.

Mas o esforço não se resumiu a essas ações. Teve início com o levantamento dos processos alcançados pela Meta 18 no Sistema Informatizado TJPE, o Judwin, e o envio da lista aos juízes do

Estado. Em seguida, foi solicitada, através de ofício, aos magistrados uma inspeção física em todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública com recomendação de prioridade no julgamento. Com base nessa lista, os juízes elaboraram um plano de ação individualizado para o cumprimento da Meta. Nele, especificaram a fase processual de cada um dos processos, definindo as ações necessárias para o julgamento dos feitos e fixando prazos e responsáveis para cada uma dela.

Para auxiliar no monitoramento do cumprimento da Meta 18, foi desenvolvido um Módulo de Relatórios no Sistema Judwin, de onde é possível extrair números atualizados do julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública. O Ministério Público do Estado também foi convidado para integrar o esforço para combater a corrupção em Pernambuco. Através de reuniões, os membros das duas instituições alinharam ações para agilizar o julgamento dos processos referentes à Meta 18.

Outra iniciativa adotada foi a criação de um e-mail específico (*meta18@cnj.jus.br*) para assegurar a comunicação direta de juízes e servidores com o gestor da Meta em Pernambuco.

Também foi disponibilizado na intranet um banco de sentenças extraídas do Judwin proferidas por magistrados pernambucanos em ações de improbidade administrativa e em ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública.

O Curso sobre Improbidade Administrativa promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio Figueiredo (Enfam) em parceria com o CNJ também foi recomendando aos magistrados de Pernambuco. O Estado foi o segundo com maior número de inscritos, com a participação de 52 juízes. A capacitação teve como objetivo aperfeiçoar os conhecimentos dos magistrados acerca do tema. Apesar de não serem tão numerosos, os processos abrangidos pela Meta 18 costumam ser complexos, exigindo um estudo aprofundado sobre o assunto.

Para este ano, algumas outras iniciativas estão sendo pensadas. Uma delas é um mutirão com o objetivo de agilizar o andamento e o julgamento dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública. Além disso, serão mantidas as iniciativas que já demonstraram êxito através do número de processos julgados.

SAIBA MAIS SOBRE OS PROCESSOS DA META 18 JULGADOS EM 2013

Timbaúba

O ex-prefeito do município de Timbaúba, José Genilton Muniz Dias, foi condenado por improbidade administrativa. O réu responde a duas ações civis públicas interpostas pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e foi condenado em ambos no 1º Grau. As sentenças foram proferidas pelo juiz da 2ª Vara da Comarca, André Rafael de Paula Batista Elihimas.

Ibirajuba

A 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) manteve a condenação do ex-prefeito de Ibirajuba, Pedro Evangelista de Arandas, e de um dos membros da Comissão de Licitação na época, José Maria Ricardo da Silva, por improbidade administrativa. Além disso, o colegiado também deu provimento, por unanimidade, à apelação do Ministério Público de Pernambuco, e determinou a inclusão na pena de Pedro Evangelista das penas de perda da função pública, caso esteja ocupando. O relator do caso é o desembargador Erik de Sousa Dantas Simões.

Ouricuri

O ex-prefeito do Município de Ouricuri, Horácio de Melo Sobrinho, foi condenado por improbidade administrativa devido a irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A sentença foi proferida pelo juiz Carlos Eduardo das Neves Mathias, que está acumulando a 1ª Vara da Comarca de Ouricuri.

Vicência

A 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu, por unanimidade, manter a condenação do ex-prefeito de Vicência, Amaury Pedrosa Ribeiro, por atos de improbidade administrativa. O réu foi condenado à suspensão dos direitos políticos por cinco anos e ao ressarcimento do prejuízo financeiro aos cofres públicos. O relator do caso é o desembargador Alfredo Jambo e o revisor, o desembargador Luiz Carlos Figueirêdo. Integra também a Câmara o desembargador Antenor Cardoso.

Caruaru

O juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, Gleydson Gleber, condenou o ex-presidente da Câmara de Vereadores do município, Manoel Teixeira de Lima, conhecido como Neguinho Teixeira, a 21 anos, um mês e 22 dias de reclusão, por delito de peculato impróprio e coação no curso do processo. A ação penal pública é de autoria do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Floresta

O juiz da Vara Única da Comarca de Floresta, Marcus César Sarmento Gadelha, condenou o ex-secretário de administração do município, Fernando Cavalcanti Ribeiro, por corrupção passiva. O réu deverá cumprir oito anos e seis meses de reclusão, inicialmente em regime fechado, no presídio Dr. Edvaldo Gomes, em Petrolina. O ex-secretário não poderá recorrer em liberdade e também deverá arcar com o pagamento das custas processuais. O magistrado também expediu um mandado de prisão.

Recife

Por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) manteve a condenação dos nove acusados de corrupção passiva e ativa, entre eles o ex-delegado Manoel Canto da Silva Filho e dois agentes de polícia. O julgamento durou mais de três horas. O relator do processo é o desembargador Mauro Alencar. ■

TJPE intensifica realização de júris populares

O esforço de magistrados e servidores aliado às ações administrativas do Tribunal possibilitaram a realização de 3.799 sessões de júri popular entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013

por Bruno BRITO

DIREÇÃO O gestor da Meta 4 no TJPE, desembargador Alexandre Assunção



Foto: Assis Lima

Um conjunto de ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu a realização de 3.799 julgamentos de processos que apuravam a autoria de crimes em que houve a intenção de eliminar a vida humana. Para alcançar esse resultado, foram criados grupos de trabalho compostos por magistrados e servidores especialmente para acelerar a tramitação de ações penais em tramitação no Tribunal do Júri. Essa força tarefa foi responsável pela organização e realização de mutirões de júris populares nas principais comarcas do Estado e também pelo cumprimento de pautas de audiências de instrução e julgamentos que, em muitos casos, exigiram horas-extras de trabalho.

“Realizamos mutirões por meio de grupos de trabalho nas comarcas de Bonito, Caruaru, Cabrobó, Olinda, Lajedo, Amaraji, Jaboatão dos Guararapes, Tabira e Petrolina, Salgueiro, Paulista, Ipojuca, Paudalho e Araripina. Esse esforço propiciou a realização de 1.616 sessões do Tribunal de Júri em 2012 e mais 2.183 julgamentos entre janeiro e 5 de dezembro de 2013. Nessas ações administrativas, contamos com o apoio dos magistrados e servidores, que trabalharam muito para acelerar a tramitação dos processos por meio de audiência de instrução e julgamento que exigiram horas-extras de trabalho. Alguns magistrados até solicitaram a suspensão de férias para poder cumprir a pauta de júris”, afirma o desembargador Alexandre Assunção.

A nomeação de novos magistrados também é uma das ações administrativas que o TJPE pretende realizar, em 2014, para intensificar o julgamento de ações penais, pois apenas 59 das 154 unidades judiciárias com competência para o júri popular possuem juízes titulares. Ainda em 2012, foram empossados 42 juízes de direito substitutos. Desse total, apenas 33 permaneceram no Tribunal. Um concurso com vagas para magistrados substitutos está em andamento. Atualmente, o Tribunal possui 412 juízes de direito (180 na Capital, 160 na 2ª entrância e 72 na 1ª entrância).

META 4

A Meta 4 integra a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) e estabelece que devem ser julgados, até outubro de 2014, todos os processos de júri popular distribuídos até dezembro de 2009. O TJPE está informando o cumprimento da Meta 4 ao Conselho Nacional de Justiça para que o cidadão possa acompanhar no link do Processômetro (<http://www.cnj.jus.br/metasp-ensap/relatorio/chart>). De agosto a novembro de 2013, o Tribunal havia julgado 638 ações penais de júri popular, o que corresponde a 8,9 % das ações penais em tramitação que se enquadram na Meta. ■

OPERAÇÃO *A equipe da Setic que desenvolveu o programa, sob a coordenação da gestora de software Alcione Tavares (última à direita)*



Foto: Jair Alves

Banco Nacional de Mandados

passa a ser alimentado automaticamente pelo 2º Grau em Pernambuco

Desenvolvido pela Setic, programa integra os sistemas do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Banco Nacional de Mandados. Todas as informações do banco podem ser consultadas livremente

por Thiago MOREIRA

Os mandados de prisão expedidos em processos criminais de 2º Grau em Pernambuco agora são enviados automaticamente para o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). Este foi um dos principais destaques da gestão diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no biênio 2012/2013. O programa já existe para os processos de 1º Grau. A iniciativa permite o conhecimento dos mandados, por qualquer pessoa, bem como o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxilia o trabalho dos magistrados, no exercício de sua jurisdição.

Os mandados de prisão com situação “Aguardando Cumprimento” e que ainda estão vigentes poderão ser consultados por qualquer pessoa através do Portal do Conselho

Nacional da Justiça (CNJ), no site www.cnj.jus.br/bnmp. O programa que integra os sistemas do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Banco de Mandados foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do TJPE. A iniciativa atende à Lei 12.403/2011 e à Resolução 137 do CNJ.

A criação do programa foi uma iniciativa do desembargador Mauro Alencar. O desenvolvimento foi feito em conjunto com a Setic, sob a responsabilidade da gestora Alcione Tavares. Segundo o desembargador Mauro Alencar, a interligação com o BNMP confere maior transparência e facilidade no acesso às informações. “O sistema centraliza os mandados já expedidos em uma única base de dados”, pontua o magistrado.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento e os testes de serviço foram conduzidos pela Fábrica Interna de Software do TJPE. Com a coordenação da Setic, o desenvolvimento contou com a participação dos servidores Julio Neto, Jonatas Dantas, Tarciana Dias, Saulo Souto, Valéria Dutra, Michelle Silva e Mauro Barros. O desenvolvimento das funcionalidades no sistema Judwin 2º Grau teve a coordenação da gestora de software Alcione Tavares e a colaboração dos servidores Leonardo Moreira Santos e Ednei Buba.

Segundo Alcione Tavares, para a integração com o BNMP/CNJ, foram usadas as tecnologias Java (linguagem de programação), além dos bancos de dados Oracle e Sybase, bem como o acesso ao Webservice do CNJ, com o intuito de fornecer a integração entre o Judwin e o BNMP. Para as atualizações no Judwin, a linguagem Centura e o banco de dados Sybase foram utilizados. Todo o processo, desde a análise de requisitos até a fase de testes levou cerca de três meses. A nova funcionalidade será mantida pela equipe da Diretoria Criminal, localizada no Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio, no Recife. ■



Foto: Assis Lima

Superação e humor *como identidade*

Marcas da trajetória de vida do garçom Tião, que serviu ao Tribunal durante duas décadas

por Ivone VELOSO

Abela vista do centro do Recife, entrecortado por pontes e o Rio Capibaribe, fez parte da rotina de trabalho do garçom Sebastião Gouveia da Silva, conhecido como Tião, durante 16 anos. Do 4º andar do Palácio da Justiça, no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), situado no bairro de Santo Antônio, ele foi testemunha não só de um cenário de singular beleza urbana, que se via pelas grandes janelas de vidro do local, mas também do trabalho de oito presidentes do Judiciário estadual. No gabinete, ele era um dos únicos que permanecia gestão após gestão. Além de conviver com o poder máximo do TJPE por todo esse tempo, Tião trabalhou durante quatro anos na Corregedoria Geral

da Justiça, no Fórum Thomaz de Aquino, totalizando 20 anos dedicados à Justiça pernambucana, até se aposentar em 2013.

O ingresso no Tribunal aconteceu em 1993, fato que ele atribui a um pedido feito a São Sebastião. O garçom prestava serviço, na função de maitre, para vários buffets e restaurantes da cidade. Num desses trabalhos foi mandado, em 1992, para o município de Bonito, com a missão de coordenar uma equipe de garçons durante as celebrações do Dia de São Sebastião, comemorado em 20 de janeiro. Em meio ao corre-corre do trabalho nas festividades, que começam uma semana antes do dia do santo católico, Tião reservou um tempo para ir à Igreja de São Sebastião rezar e pedir

uma graça. “Quando entrei na Igreja comecei a chorar, chorei muito, e pedi com toda a fé ao santo que me arrumasse um cantinho para eu trabalhar até me aposentar. Estava cansado de me dividir entre vários trabalhos, sem dia ou hora certa para começar e terminar meu serviço. Pedi com a fé redobrada, afinal o santo tinha o meu nome, o que despertava em mim uma grande simpatia por ele”, fala entre risos.

No final do mesmo ano em que fez o pedido, ele foi chamado pelo dono de uma das empresas prestadoras de serviço a que era vinculado para trabalhar como garçom na Corregedoria do Tribunal. O convite foi a chance para a realização de um antigo sonho. A beleza da estrutura do Palácio da

“*Procuro me dar bem com todo mundo e não levo adiante nada do que vejo ou ouço de ninguém. Tenho isso comigo*”

Justiça o impressionava há muito tempo. “Quando passava de ônibus pelo Palácio eu dizia pra mim mesmo: ‘Um dia ainda vou trabalhar aqui’”. Ao assumir o cargo, Tião passou a ser o primeiro garçom contratado do Judiciário pernambucano. Os garçons que serviam ao Tribunal eram cedidos de outros órgãos públicos e solicitados eventualmente para a cobertura de eventos. O pioneirismo da função na Justiça ele revela com um orgulho incontido: “Sinto que fui um vitorioso por começar no Judiciário com uma atividade que até então não existia. Para mim foi um reconhecimento à dedicação com que sempre trabalhei”.

À oportunidade ele se dedicou com empenho. Após dois anos exercendo sua função na Corregedoria, foi chamado para trabalhar na Presidência, ficando ali por 16 anos seguidos. No cargo, conviveu com vários desembargadores, juízes e servidores e se despediu de todos eles. Ali, fez grandes amizades e despertou a simpatia de muita gente. Acabava servindo de referência para os que chegavam, sempre ouvindo a mesma pergunta: “Como funciona tudo por aqui?”. À pergunta ele respondia com uma paciência invejável em repetir todo o protocolo de funcionamento do local. O segredo de tanto tempo num setor ele explica de forma simples: “Procuro me dar bem com todo mundo e não levo adiante nada do que vejo ou ouço de ninguém. Tenho isso comigo”.

Mas talvez um dos maiores segredos de Tião para ter permanecido no cargo por tanto tempo seja na verdade a “grande paixão” demonstrada ao time do desembargador que assumia a Presidência do TJPE. Apesar de hoje confessar que o seu time é o Sport, ele já foi “torcedor” de todos os times pernambucanos. O amor à camisa da vez era revelado com riqueza de detalhes até no figurino para não deixar dúvidas da sua fidelidade de torcedor. Na lapela do paletó do seu uniforme de trabalho, ele exibia cuidadosamente um broche do time do seu novo chefe. Quando o time não tinha broche, como o América, ele comprava a caneta da cor da camisa da equipe de futebol, no caso verde, e fazia questão de emprestar ao presidente quando o objeto lhe faltava. Era conhecido por todos, não sem razão, como aquele que vestia a camisa do presidente. “Alguns desembargadores, sabendo que eu ia comprar o broche, já me davam e assim eu virava um torcedor apaixonado por um novo time desde criancinha”, conta sorrindo.

As lembranças do tempo em que trabalhou no Judiciário são inúmeras, mas algumas são guardadas na memória com um carinho especial. Entre estas ele destaca as histórias vivenciadas ao lado do desembargador Nildo Nery. Com o magistrado, presidente do TJPE no biênio 2000/2001, e responsável pela criação da Associação Beneficente Criança

Cidadã (ABCC), cujo objetivo era retirar menores carentes das ruas, ele viveu momentos que até hoje o emocionam e o fazem sorrir. Na função de garçom, Tião acompanhou Nery por centenas de vezes às duas vilas criadas por meio da ABCC – Vila Nossa Senhora de Fátima e Vila de São Francisco, ambas localizadas no Caiara, no bairro do Cordeiro. As comunidades abrigavam os menores, e suas respectivas famílias, que residiam nas calçadas do Cais de Santa Rita, no bairro de São José, e na calçada do Convento de Santo Antônio, na Rua do Imperador. Ali, ele servia alimentos aos moradores. “Quando os meninos descobriam que eu estava distribuindo biscoitos saíam correndo atrás de mim. Era tanto menino correndo pra me alcançar que eu jogava a bandeja pro alto e saía correndo também”, lembra às gargalhadas. Hoje, ele se emociona ao recordar da alegria que via estampada no rosto de cada criança. Pelo trabalho que realizou nas vilas, Tião recebeu um título de honra ao mérito do desembargador Nildo Nery. A amizade construída entre os dois permanece até hoje. “Se ele precisar de mim estou à sua disposição a qualquer hora. Ele pode contar comigo sempre”, revela.

De cada chefe, amigo e colega do Tribunal, Tião tem uma recordação. Do desembargador Jovaldo Nunes, o relato das lembranças também flui com riqueza de percepções, afinal além de ter sido o último presidente do



Foto: Assis Lima

TJPE com o qual trabalhou, o garçom já havia convivido com o magistrado quando este atuava como juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal, presidida pelo desembargador Itamar Pereira, em 1993. Do antigo chefe ele destaca as características que mais o marcaram: “É um homem simples, prático, e que tenta ajudar todo mundo. Não deixava de receber ninguém no gabinete. Ele sempre dizia: ‘Vou fazer o que estiver ao meu alcance para resolver essa questão’. Foi uma das melhores pessoas que conheci”. Segundo o desembargador Jovaldo, o que mais lhe chamava a atenção em Tião era o bom humor, a cordialidade e a educação com que tratava a todos. “Nunca o vi mal-humorado. Era sempre muito feliz e brincalhão. Podia estar com uma série de problemas, mas nunca demonstrava”, destaca.

Da rotina do Judiciário, ele relata que o mais sente falta são dessas relações de cumplicidade, simpatia e amizade construídas ao longo do tempo. A sintonia conquistada com

os colegas é facilmente percebida. Ao andar com Tião pelos corredores do Tribunal, durante a entrevista, noto o quanto todos fazem questão de expressar o carinho que sentem por ele, seja chamando o seu nome, fazendo uma brincadeira, ou acenando com um sorriso no rosto. Os amigos são muitos, mas um em especial é lembrado com o afeto de um irmão: o técnico judiciário Antônio Carlos de Oliveira Martins. Ele trabalhou com o garçom durante dez anos, sendo oito na Presidência e dois na Corregedoria. “Um amigo com quem eu sempre pude contar, que me ouvia nos momentos em que queria um conselho ou só quando precisava conversar”, diz. Para Antônio Carlos, Tião pode ser definido por uma série de qualidades. “Vejo nele muito respeito ao próximo, especialmente aos mais idosos. É também uma pessoa muito dedicada ao serviço, alegre, pontual, prestativo e dinâmico”, enumera.

Assim como os amigos, a experiência de situações inusitadas vividas no

TJPE também faz parte do seu acervo de memórias. Histórias que até hoje o intrigam e que segundo ele não podem ser explicadas pela “lógica dos vivos”. Ao longo da entrevista, ele cita vários relatos ouvidos sobre a presença de fantasmas no Tribunal. Tião diz que presenciou um caso no mínimo curioso, dentre tantos outros. O garçom lembra de uma senhora que insistiu em colocar uma grande árvore de Natal no Salão dos Passos Perdidos, no 1º andar do Palácio da Justiça, exatamente no local em que acontecem os velórios. A árvore era colocada de manhã e à noite, sem nenhuma explicação, estava inclinada. No outro dia, a árvore era disposta na posição certa para novamente, horas mais tarde, se encontrar torta. “Disse para ela que ali era o lugar dos espíritos, que era melhor colocar o objeto em outro lugar, e quando ela mudou o local da árvore para o térreo, o problema desapareceu”, relembra. Questionado se já viu algum espírito no Palácio, ele responde: “Ver eu nunca vi, mas já senti a presença”.

“*Não peço mais nada a Deus, só agradeço*”

Antes de ingressar no Tribunal, Tião já era um colecionador de histórias, marcadas principalmente pela superação. Nascido em 1947 na Usina Bonfim, no município de Primavera, era o filho mais velho de Seu Ismar e Dona Severina, pais também de mais duas filhas. No local, começou a trabalhar desde cedo cortando cana, e conduzindo o gado para pastar nos campos da Usina. A rotina começava às 4h da manhã e só terminava à noite. Ele ajudava o pai, trabalhador rural, a sustentar a família. A responsabilidade em casa aumentou ainda mais quando o pai faleceu, após dois anos lutando contra uma cirrose, proveniente da esquistossomose que desenvolveu ao pescar nos rios do município. Tião tinha 18 anos e lembra desse dia como se fosse hoje. “De manhã cedo, quando saí de casa para cortar cana, fui ao quarto dele e pedi a sua bênção, ele não respondeu, pensei que estivesse dormindo e fui embora. Horas depois, chega uma das minhas irmãs correndo para me dizer que ele tinha morrido.

Senti o chão desaparecer dos meus pés”, conta.

Com a morte do pai, Tião passou a ser o provedor da casa. A vida na Usina estava cada dia mais difícil e a família decidiu se mudar para o Recife em 1965. Todos vieram para a capital pernambucana em cima de um caminhão que transportava cana-de-açúcar, junto com os objetos da mudança. Ele, ainda com 18 anos, começou a trabalhar numa Carvoaria, entregando carvão. Como se ganhava pela quantidade do produto distribuído, passou a dormir no trabalho em cima dos sacos de carvão. Em 1968, conseguiu se empregar num restaurante, na Avenida Rio Branco, com a função de lavar os pratos. No lugar, começou a observar os chefs, aprendendo assim o ofício da culinária. Tornou-se cozinheiro, garçom, e depois maitre. A responsabilidade de supervisionar um grupo de garçons, como maitre, foi adquirida na prática e com os cursos por correspondência enviados de São Paulo. Na nova função, trabalhava de domingo a domingo, dividindo-se entre vários restaurantes e buffets do Recife. Precisava agora sustentar a nova família, fruto da sua união com Eloá, com quem se casou aos 23 anos.

Do casamento com Eloá teve três filhas. Primeiro Adriana, depois Aldineide, que nasceu aos sete meses e não resistiu, e por último Mônica. As filhas lhe deram os três netos, aos quais se refere com grande ternura. Da filha mais velha nasceu Bruna, hoje com 18 anos. “Uma menina muito apegada à família, que viaja todo ano com a gente pro Juazeiro do Norte, no Ceará, onde eu vou com a minha esposa agradecer a proteção de Padre Cícero, de quem também sou devoto”, conta. Os outros dois, Raíssa, 12 anos, e Gabriel, 7 anos, são filhos de Mônica. “Não é por serem meus

netos, mas são crianças maravilhosas, que enchem minha vida de alegria. Gabriel passa muito tempo lá em casa e é muito agarrado comigo. Quando ele era menorzinho e eu chegava à noite, depois do trabalho, ele vinha desamarrar o cadarço do meu sapato, como se dissesse: ‘Agora é hora do senhor descansar’”, diz. A dedicação à família é descrita pela filha Mônica como uma das principais marcas de Tião. “Ele é muito carinhoso e também extremamente querido”, revela. Para a filha Adriana, o que mais chama atenção no pai é a generosidade e a dedicação ao trabalho. “Está sempre disposto a ajudar o próximo. No campo profissional é bastante exigente”, diz.

O trabalho permanece presente na vida de Tião. Aos 66 anos de idade e após 48 anos de serviços prestados, hoje ele atua no serviço de buffet que criou após ingressar no TJPE, na década de 90. No Judiciário, vários colegas o contratavam para a realização de festas nos finais de semana. A atividade, antes restrita só às folgas, é desenvolvida em tempo integral. Os clientes do Tribunal continuam solicitando seu serviço, o que o leva a visitar o Palácio pelo menos a cada 15 dias e matar um pouco da saudade de todos. Paralelo ao buffet, Tião vende bebidas, doces e salgados na sua casa. “Graças a Deus os negócios estão indo bem. Tenho tido muita demanda”, diz com ar de satisfação. Questionado sobre quais são os sonhos que ainda deseja realizar afirma: “Não peço mais nada a Deus, só agradeço”. Em casa, ele reservou um cantinho para os santos com que sempre conversou e aos quais sempre agradece. Ali, estão São Sebastião, Padre Cícero, e também Nossa Senhora. “Quando não estou em casa são eles que protegem minha família”, acredita. ■





No cinema humanista dos irmãos Paolo e Vittorio Taviani,

*toda a majestade do romance
“Ressurreição”, editado em
1899: a obra-prima esquecida
de Leon Tolstói*

por Nivaldo **MULATINHO FILHO**

Epígrafes

Rubens Figueiredo, na apresentação do livro que ele traduziu, direto do russo, para a edição brasileira de 2010

“*Só resta supor que a reputação de romance de tese e de cunho evangélico foi útil do curso das polêmicas ideológicas do século XX, a fim de desviar a potência crítica que o livro contém. Lido hoje, à luz do que presenciamos em nosso tempo, mais de cem anos após ter sido publicado, ‘Ressurreição’ parece erguer a voz com bastante pertinência, reforçada pelas formas e conteúdos novos que a história, em vez de lhe tirar, lhe acrescentou.*”

Paulo Sérgio Pinheiro, na contracapa da mesma tradução brasileira do romance – 2010. Ele é doutor em Ciências Políticas da Universidade de Paris, membro de várias organizações internacionais de direitos humanos e autor de um livro fundamental chamado “Estratégias da Ilusão – A Revolução Mundial e o Brasil – 1922-1935”, lançado em 1991

“*Ler ‘Ressurreição’, um dos maiores romances de todos os tempos, é uma comovente oportunidade para compreender os nossos dias.*”

Fernando Gabeira, na sua coluna do Estado de São Paulo, em 27.09.2013

“*Quando Celso de Mello lia seu voto no Supremo Tribunal Federal (STF), eu visitava a trabalho um presídio na Paraíba. Como todos os outros que visitei no Brasil, havia superlotação e dezenas de pessoas presas por lentidão da Justiça ou falta de advogados. Diante dos meus olhos, é evidente que a Justiça tarda a prender os poderosos e a soltar os desprotegidos.*”



Uma borboleta entra no pátio da ala feminina de um presídio de Moscou, anunciando a primavera, trazendo alegrias e transtornos para as prisioneiras. Somente Katiucha Máslova, a prostituta acusada de roubar e matar um homem, fica inerte, com o olhar perdido. Ela vai ser julgada naquele dia. É a primeira cena da Minissérie italo-francesa “Ressurreição” (2001), escrita e dirigida pelos irmãos Paolo e Vittorio Taviani, uma adaptação fiel, quase literal do romance russo do século XIX, agora lançada, na íntegra, em DVD, para o público brasileiro. O rosto da atriz italiana Stefania Rocca, que vive Máslova, não é aquele que a minha fantasia desenhou, ao ler o livro, mas a interpretação dela é impactante. Tem febre e fibra. É a personagem que se faz carne e consciência.

Uma das passagens mais densas do livro, e também da Minissérie, é a de um dos encontros da prisioneira Máslova, então já condenada, por evidente erro judiciário, a trabalhos forçados, em regime de exílio, na Sibéria, com o príncipe Dmitri Ivánovitch Nekhlioudov (vivido por Timothy Peach). Ele foi um dos jurados da sessão condenatória e, angustiado, reconheceu, na bela e fragilizada ré, a camponesa ingênua e romântica, que conhecera dez anos antes, seduzindo-a na casa das tias dele, de onde ela, grávida, é expulsa e largada à própria sorte, prostituindo-se para sobreviver. Considerando-se em grande culpa, até mesmo como jurado, pois o Conselho de Sentença respondeu equivocadamente aos quesitos apresentados, Nekhlioudov resolveu assumir os seus erros. Tudo em ações



concretas, que, para ele, seriam a redenção. Uma delas, casar-se com a jovem por quem ele, estudante ainda, com puras convicções socialistas, encantou-se, e, de alguma forma, sem mentir, amou. Ele, agora, quer ir para onde a levarem. - *"Não vou mais deixar você!"*, afirma naquele encontro, ainda no presídio. A resposta veio imediata.

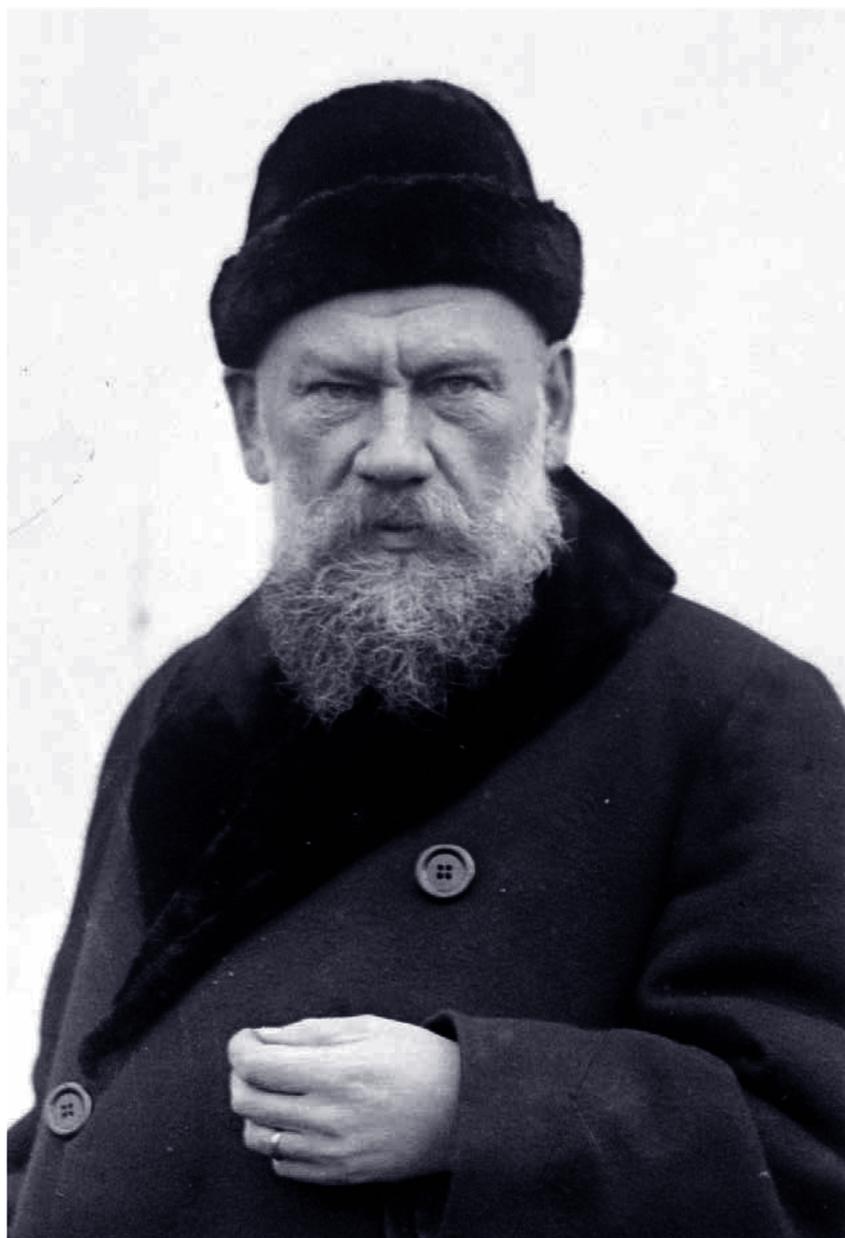
- *Acalme-se!*, diz o príncipe, ao sentir a reação de Máslova, que, num misto de pavor e raiva, zomba das promessas dele, a melhor pessoa que ela tinha conhecido (e talvez amado). E também o homem que a fez *"parar de acreditar no bem"*. - *"Não vou me acalmar nada!"*. Ela o manda embora, de volta *"para as suas princesas"*. Mas Dmitri Nekhlioudov já tinha rompido com a noiva rica, confessando-lhe inéditas pretensões de vida, uma vida que estaria ligada ao novo destino de suas propriedades rurais e aos caminhos de Katiucha Máslova. Ele iria viajar para Petersburgo, local do julgamento do recurso apresentado em favor da jovem sentenciada, a cidade onde ele iria procurar os Ministros da Corte Superior, com o aval da aristocracia moscovita.

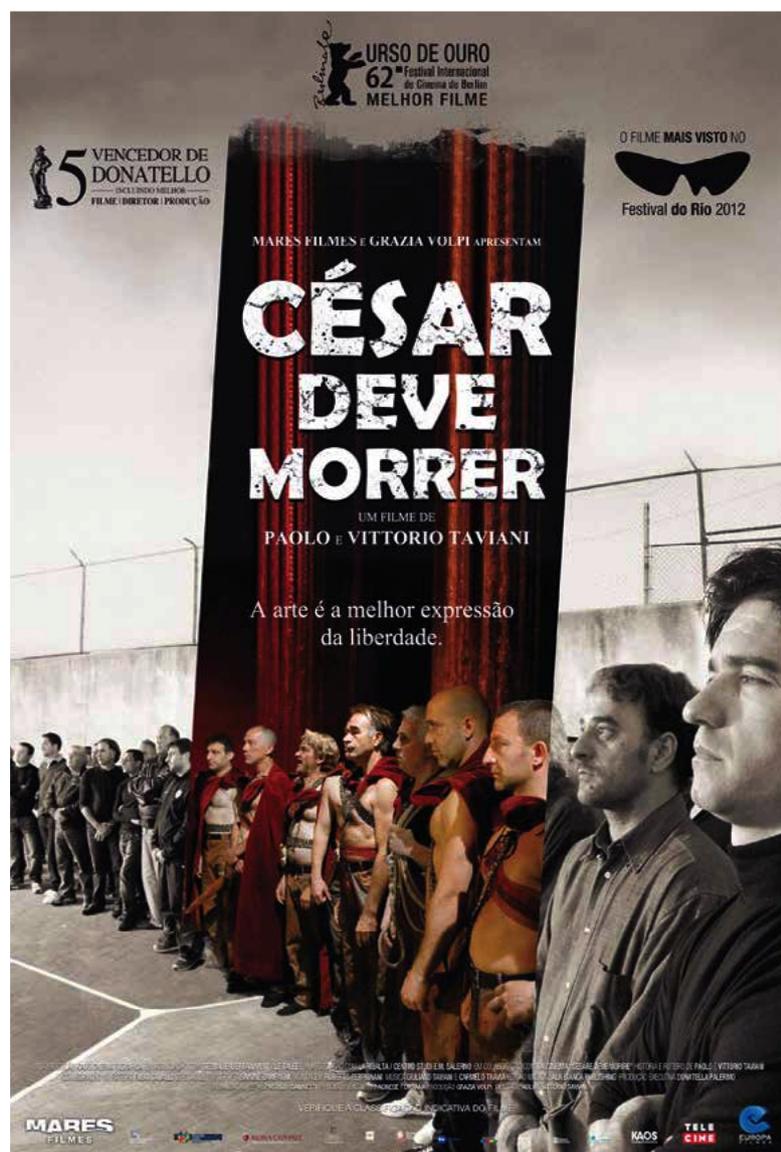
Até que ponto o *"acalme-se"*, dito pela pessoa amada, pode nos resgatar, pode nos trazer para a realidade, mesmo que a questão seja *"só de dor"*, como nos versos do poeta? Até onde aceitamos a verdade crua de que o encantamento ou o amor de quem nos fala pode ser diverso, bem diverso, do que já foi? Serão muitas as formas de amar?

Dmitri Nekhlioudov terá sucesso na sua luta contra o erro judiciário que colocou Máslova, vítima dos hipócritas códigos sociais vigentes, nas malhas de um assombroso sistema prisional?

Em “Ressurreição”, a arte de Tolstói adota um tema clássico – a queda e possível salvação de uma mulher do campo por um nobre – para denunciar, como jamais o fizera, nos seus outros grandes romances, “Guerra e Paz” e “Anna Kariênina”, as instituições do Estado autocrático russo. Ele forma um ataque devastador ao governo, ao exército, aos tribunais, às prisões. Sublinha a injustiça do sistema para com os réus pobres. A violência e a crueldade que são toleradas e estimuladas. E o que se nota, em especial, é que as práticas truculentas dos funcionários subalternos dos presídios, descritas na narrativa tolstoiana, editada, pela primeira vez, em 1899, ainda hoje, sobrevivem, mundo afora.

Inexiste qualquer dúvida sobre a genialidade de Leon Tolstói e não existirá nenhuma enquanto os homens e as mulheres forem capazes de ler e reler ficção, de ter o que Osman Lins chamava de *“paixão pelo romanesco”*. Mas George Steiner, no seu famoso ensaio sobre Tolstói e Dostoiévski, de 1958, ressalta que, no autor de “A Morte de Ivan Ilich”, ao escrever “Ressurreição”, o professor e o profeta *“violentaram o artista”*. Ainda assim, considera que o romance marca, com sua forte crítica social, a concepção definitiva dos temas que o ficcionista





russo já havia anunciado em suas primeiras histórias. O protagonista de “Ressurreição”, Dmitri Nekhlioudov, tem muito do próprio Tolstói, que havia renunciado aos direitos autorais dos seus livros, publicados após 1881, data em que ele revelou uma singular transformação de consciência. Mas, em 1898, resolveu ir contra seus próprios princípios e negociar os direitos de uma obra sua pelo valor mais alto que conseguisse, a fim de ajudar os *dukhabors* (“os lutadores do espírito”), um movimento cristão cujas ideias o escritor admirava. O livro foi justamente “Ressurreição”, que Tolstói concluiu em 1899, aos 71 anos de idade, e encaminhou todos os recursos da edição ao fundo de defesa do grupo religioso.

Especializados em levar para o cinema grandes clássicos da Literatura, os irmãos Taviani realizaram uma adaptação que a crítica considerou suntuosa do romance “Ressurreição”.

Eles já tinham feito adaptações de Luigi Pirandello (“Kaos”), Goethe (“As Afinidades Eletivas”) e do próprio Tolstói (“Noites com Sol” e “Um Grito de Revolta”). No ano de 2012, a dupla italiana ganhou o “Urso de Ouro”, do Festival de Berlim, com o filme “César deve Morrer”, lançado no Brasil, em DVD, no ano de 2013, um trabalho radicalmente experimental que registra a encenação de “Júlio César”, uma tragédia de Shakespeare, pelos sentenciados de uma penitenciária italiana de segurança máxima. Para o presídio, aquela foi uma atividade terapêutica e de reeducação, voltada para os internos, condenados por crime graves. Para os cineastas, foi uma oportunidade de testar os limites entre a ficção e o documentário, entre a encenação e a realidade. Entre a liberdade que a peça teatral ofereceu aos condenados, nas suas interpretações, e as muralhas do presídio exemplar. Calculem.



“Ressurreição”, por sua vez, é um espetáculo marcado por uma rigorosa narrativa clássica, medindo cada plano do romance de Tolstói, além de ter a música envolvente de Nicola Piovani. Reproduz um drama das consciências culpadas, mas também da redenção e da iluminação espiritual. É um cinema humanista, provando a comovente compaixão que os irmãos Taviani têm pelos oprimidos, desde o filme, de 1977, “Pai Patrão”, baseado em romance homônimo, autobiográfico, de Gavino Ledda.

Era contemporâneo de Leon Tolstói (1828-1910) um pensador rebelde, Tobias Barreto (1839-1889), líder cultural e professor, operador do Direito, homem de vida atormentada, que morreu, como se sabe, em extrema pobreza. Ele escreveu sobre um Brasil patriarcal e escravocrata – e ele gostava muito de escrever, mesmo que fosse para alimentar graves discussões. Leiam o texto que se segue: “É preciso que nos convençamos dessa verdade: a balança da justiça virou balança de joalheiro, mais própria de pesar ouro do que direito” (no artigo “O Atraso da Filosofia Entre Nós”, Jornal do Recife, 30 de julho de 1872).

Pode-se imaginar o que Tobias Barreto escreveria hoje, especificadamente sobre o nosso sistema penitenciário, quando o próprio ministro da Justiça, em público, em 2013, reconheceu o horror das prisões brasileiras, ou seja, a desídia da gestão pública.

Estamos nos identificando, todos nós, operadores do Direito, com os dramas de consciência do protagonista de “Ressurreição” e devemos buscar as medidas concretas que evitem deslocar os erros contemporâneos para as gerações futuras. ■

Dedico o presente artigo aos jovens advogados criminalistas, Ivan Oliveira de Medeiros Correia, meu filho, e Maurício Bezerra Alves Filho, meu amigo.

